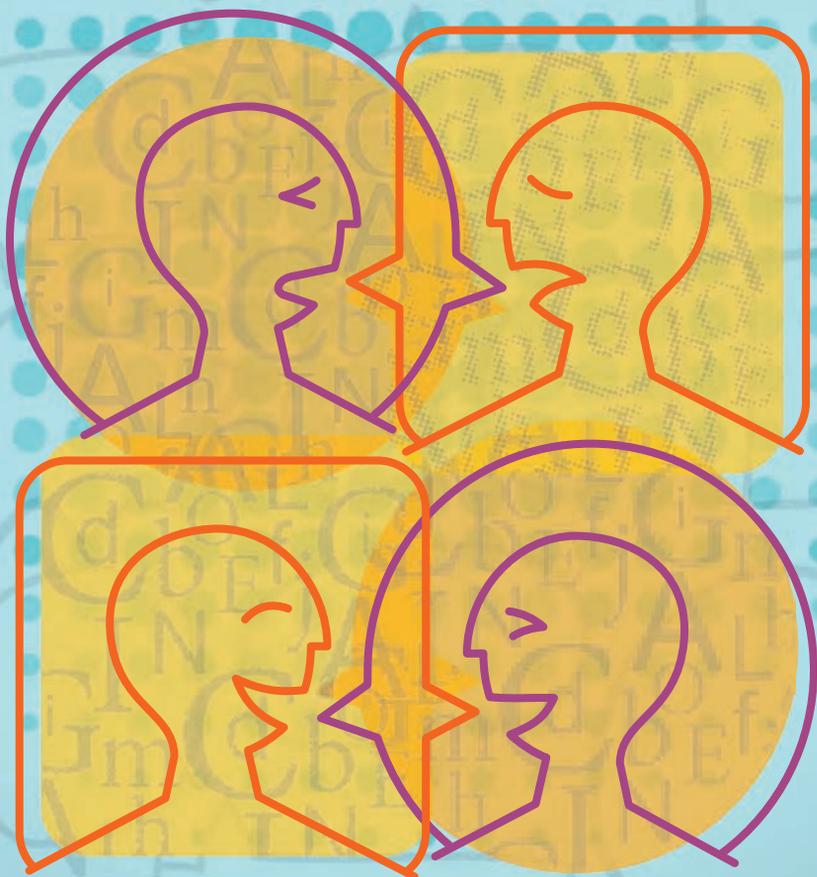


André Luiz Gaspari Madureira
Giberto Nazareno Telles Sobral
Palmira Virginia B. H. Alvarez
(Organizadores)

FENÔMENOS DISCURSIVOS: DA PALAVRA AO CORPO



FENÔMENOS DISCURSIVOS



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

José Bites de Carvalho

Reitor

Marcelo Duarte Dantas de Ávila

Vice-Reitor



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Conselho Editorial

Titulares

Alan da Silva Sampaio
Antenor Rita Gomes
Darcy Ribeiro de Castro
Elizeu Clementino de Souza
Gabriela Sousa Rêgo Pimentel
Hugo Saba Pereira Cardoso
Janaina de Jesus Santos
Luiz Carlos dos Santos
Maria das Graças de Andrade Leal
Reginaldo Conceição Cerqueira
Rosemary Lapa de Oliveira
Rudval Souza da Silva
Simone Leal Souza Coité
Valquíria Claudete Machado Borba

Suplentes

Agripino Souza Coelho Neto
Ana Lúcia Gomes da Silva
Eduardo José Santos Borges
Isaura Santana Fontes
Márcia Cristina Lacerda Ribeiro
Marcos Antonio Vanderlei
Marcos Aurélio dos Santos Souza
Marcos Bispo dos Santos
Marilde Queiroz Guedes
Maristela Casé Costa Cunha
Marluce Alves dos Santos
Monalisa dos Reis Aguiar Pereira
Mônica Beltrame
Nilson Roberto da Silva Gimenes

André Luiz Gaspari Madureira
Gilberto Nazareno Telles Sobral
Palmira Bahia Heine Alvarez
(Organizadores)

FENÔMENOS DISCURSIVOS: DA PALAVRA AO CORPO

Salvador
Eduneb
2019

© 2019 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica,
resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.
Impresso no Brasil em 2019.

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design

Sidney Silva

Capa e Diagramação

Rodrigo C. Yamashita

Revisão Textual e Normalização

Tikinet Edições Ltda.

Imagem de Capa

Rawpixel / Freepik (fundo vetor)
Rodrigo C. Yamashita (Ilustração)

Revisão Final

Textual - Cristina da Silva Cunha
Diagramação - George Cruz Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB 162-5

Fenômenos discursivos: da palavra ao corpo/ Organizado por André Luiz Gaspari
Madureira; Gilberto Nazareno Telles Sobral e Palmira Bahia Heine Alvarez. – Salvador:
Eduneb, 2019.
137 p.

ISBN: 978-85-7887-373-8

1. Análise do discurso. 2. Linguagem e línguas. I. Madureira, André Luiz Gaspari. II.
Sobral, Gilberto Nazareno Telles. III. Alvarez, Palmira Bahia Heine.

CDD: 401

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
41150-000 – Salvador – BA
editora@listas.uneb.br
www.uneb.br

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: NA MATERIALIDADE DO SENTIDO	7
André Luiz Gaspari Madureira, Gilberto Nazareno Telles Sobral, Palmira Bahia Heine Alvarez	
O SUJEITO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O LUGAR JURÍDICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	19
Priscila Kalil Bugia Serva, André Luiz Gaspari Madureira	
DISCURSOS SOBRE O GOLPE MILITAR DE 64 NA REVISTA O CRUZEIRO	41
Palmira Bahia Heine Alvarez, Helionardo Oliveira de Carvalho	
ANTÔNIO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO: UMA ANÁLISE DA SUA IMAGEM EM JORNAIS DA ÉPOCA	65
Ilza Carla Reis de Oliveira, Carla Luzia Carneiro Borges, Gilberto Nazareno Telles Sobral	
A REFERENCIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO TEXTO COMO EVENTO LINGUÍSTICO-DIALÓGICO	89
Lícia Maria Bahia Heine	
DISCURSO, CORPO E GOVERNAMENTALIDADE: MODOS DE SER VIRGEM PARA JOVENS NO YOUTUBE (2011-2018)	107
Suelane Gonçalves Santiago Lima, Nilton Milanez	
SOBRE OS AUTORES	133

APRESENTAÇÃO: NA MATERIALIDADE DO SENTIDO

André Luiz Gaspari Madureira
Gilberto Nazareno Telles Sobral
Palmira Bahia Heine Alvarez

Os textos que compõem esta obra apresentam resultados das investigações de pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no âmbito de seus respectivos grupos de pesquisa, enfocando, portanto, pesquisas realizadas a partir do viés dos estudos discursivos na Bahia, sejam eles feitos a partir da Análise de Discurso pecheutiana, da teoria foucaultiana ou da teoria da Linguística Textual a partir de um diálogo com Bakhtin. Nos textos aqui reunidos, o eixo norteador dos trabalhos envolve uma série de discussões acerca de diferentes manifestações discursivas, as quais encontram suas especificidades em cada um dos artigos.

Os textos envolvem reflexões que trazem à tona elementos de teorias diferentes, mas que de algum modo se conectam, levando em conta as diversas especificidades em questões discursivas relevantes. A partir da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, discute-se o lugar jurídico da educação especial com base nos modos de constituição do sujeito docente; debate-se acerca dos discursos presentes na revista



O *Cruzeiro*, com enfoque no golpe militar; disserta-se sobre Antônio Conselheiro e os modos de construção de sua imagem em jornais e prédicas da época. Já pelo viés da Linguística Textual, em diálogo com a teoria bakhtiniana de discurso, aborda-se a referenciação, problematizando-se os modos de concepção do texto. Já com os estudos discursivos foucaultianos, considera-se a questão do corpo e dos modos de governabilidade de si a partir de vídeos de garotas virgens no YouTube.

Todos esses trabalhos tomam o discurso em um processo de acionamento de sentidos da linguagem, seja ela escrita, sincrética ou corporal. Apesar da variedade das teorias e da heterogeneidade das análises, a investigação de diferentes fenômenos discursivos compõe uma unidade, na medida em que vai além da materialidade do texto para considerar fenômenos que o transcendem. Impossibilitadas de darem conta de todos os eventos de constituição de sentido, as abordagens se integram em uma condição de complementaridade, o que singulariza esta obra.

Desse modo, faz-se o debate sobre as diversas materialidades à luz de teorias diversas, mas que convergem para um mesmo ponto: a compreensão dos sentidos como não limitados à estrutura linguística.

Mediante esse ponto de vista, os estudos discursivos trouxeram grandes contribuições para a compreensão dos modos como a língua gera sentidos a partir da História. Sob o viés de tais estudos, é possível perceber que a língua significa de maneiras diferentes, a depender dos sujeitos que enunciam; e que os sentidos não repousam na materialidade linguística formal e estrutural: eles se constroem a partir da conjunção entre língua, contexto e História.

Na Linguística Textual, por exemplo, corrente de estudos na qual se baseia um dos artigos, defende-se a ideia de que o texto é



uma atividade complexa de geração de sentidos e que estes últimos dependem de uma interconexão entre a estrutura textual, o contexto e os sujeitos. Compreendendo-se o texto como um evento comunicativo, deixa-se de percebê-lo apenas como puro conjunto de frases ou palavras: ele gera sentidos em contextos diversos e para sujeitos diferentes.

O texto também não se reduzirá à estrutura escrita, sendo qualquer produção linguística que gere sentidos. Nos estudos hodiernos, a partir da retomada de elementos provenientes da teoria de Bakhtin, a Linguística Textual amplia ainda mais a noção de texto, de modo que ele passa a ser visto como entidade semiótica formada pelas camadas linguístico-formal e histórico-ideológica (HEINE, 2018, p. 18-19), o que nos permite pensá-lo como um elemento complexo que envolve imagens em relação com a História e a ideologia. Enfocar a referenciação a partir de charges, identificando-se o modo como as imagens podem retomar elementos anteriores numa relação com o contexto histórico-social, é, portanto, algo que se destaca em um dos artigos, indicando que a noção de texto e de referenciação vai muito além das estruturas formais da língua.

No plano de estudos foucaultianos, o sentido é visto a partir de sua dimensão histórica. O discurso é uma construção histórica, a partir do qual se moldam os sujeitos e a realidade é formada. É ele que constrói conhecimento, regulando o que se pode ou não dizer, indicando quem é autorizado a falar e quem não é. Desse modo, o discurso também é lugar de poder ou saber.

Seguindo-se essa posição, interessa tratar do corpo em uma dimensão discursiva. Para Foucault, em *Vigiar e punir* (1987), o corpo era lugar de suplício e castigo, pois sobre ele eram impostas as penas



às quais o sujeito seria submetido caso não se adequasse à ordem de poder vigente. A partir do século XIX, o filósofo salienta que passam a ocorrer mudanças nas formas de controle dos corpos, que deixam então de ser alvos dos suplícios e punições e se tornam objetos da disciplina, tendendo a ser controlados, docilizados – devendo, portanto, ser formados e corrigidos, para assim tornarem-se úteis.

Na discussão que aqui se faz, o corpo não é abordado apenas como uma estrutura física e biológica; ao contrário, ele passa a ser percebido como um lugar de inscrição histórica de discursos, como uma construção social. Isso nos leva a considerar o corpo em sua relação com o silêncio (com o que não pode ser dito) e com a palavra (com o que se pode dizer, com o que se está autorizado a falar).

Pelo viés da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, percebemos o modo de funcionamento da ideologia na geração de sentidos. Sabe-se que estes podem sempre ser outros, pois se relacionam com os sujeitos enunciadore que, ao ocuparem posições diferentes na esfera discursiva, produzem discursos com sentidos diferentes. A memória histórica constitui os enunciados, uma vez que eles se baseiam em construções anteriores e sempre há um já-lá que constitui o que se enuncia. Isso também é algo de grande relevância para os estudos discursivos.

Nesse sentido, para essa vertente de Análise de Discurso, a língua é um sistema relativamente autônomo, sendo o “relativamente” aí colocado para fazer referência à ideia de que ela significa na e pela História e é intrinsecamente marcada por questões ideológicas, não sendo possível compreender os modos de geração de sentidos sem levar em conta a dimensão sócio-histórica e ideológica.



Nesta obra, em cada teoria enfocam-se questões discursivas relevantes, indicando que os sentidos não estão na imanência da língua, mas demandam elementos sócio-históricos para se constituírem.

No primeiro artigo, “O sujeito docente da educação básica e o lugar jurídico da educação especial”, de Priscila Kalil Bugia Serva e André Luiz Gaspari Madureira, é proposta, a partir da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, uma investigação acerca do discurso jurídico materializado na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 1/2002, na qual são descritas certas competências relacionadas ao professor da educação básica.

No momento histórico atual, a educação brasileira, em resposta aos compromissos assumidos com os organismos internacionais, se propõe a romper com os paradigmas que reproduzem a segregação e exclusão das pessoas com deficiências na rede regular de ensino. Neste sentido, foi elaborado um conjunto de documentos legais para assegurar e subsidiar esse processo de mudança, como leis, decretos, resoluções, pareceres e notas técnicas, entre outros referenciais, dos quais se destaca a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta os estados, o Distrito Federal e os municípios a transformarem seus sistemas educacionais em sistemas inclusivos, a fim de assegurar o direito de todas as pessoas à educação.

Para apoiar o desenvolvimento dos alunos que representam o público-alvo da educação especial em todas as etapas da educação básica, a política de educação inclusiva, implantada pelo Ministério da Educação (MEC), projeta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço da educação especial, o qual deve ser ministrado por professor com conhecimentos gerais necessários ao exercício da docência e conhecimentos específicos da educação especial.



Vemos, então, surgir um profissional cuja identidade, em tese, se diferencia do professor da educação básica por reter conhecimentos que são específicos a determinada área – nesse caso, a educação especial. Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, estabelece que a formação dos profissionais da educação deve se fundamentar em um sólido conhecimento dos fundamentos científicos e sociais relativos às suas competências de trabalho. Além disso, também assegura que os professores do ensino regular deverão estar capacitados para a integração dos alunos com deficiência nas classes comuns.

Assim, vale a pena inquirir sobre os atravessamentos interdiscursivos que promovem a existência de dizeres acerca das competências docentes apresentadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002. Trata-se do primeiro estágio para pensar a formação discursiva (FD) que interpela o professor da educação básica quanto às suas competências, diferenciando-o da FD, que interpela o professor do AEE quanto às suas atribuições.

Esse é, portanto, o passo inaugural de uma pesquisa engajada na compreensão de como a forma-sujeito docente se caracteriza em âmbito jurídico, bem como de qual é o espaço, na construção da identidade desse sujeito, dos atributos voltados à educação especial.

Na sequência, “Discursos sobre o golpe militar de 64 na revista *O Cruzeiro*”, de Palmira Bahia Heine Alvarez e Helionardo Oliveira de Carvalho, procura-se analisar os discursos sobre o golpe militar presentes na revista *O Cruzeiro*. A partir do viés teórico da Análise de Discurso de vertente pecheutiana (também conhecida como Análise Materialista de Discurso), que considera que os sentidos são fruto de uma conjugação inexorável entre a língua e a História – uma



vez que a língua é um sistema dotado de autonomia relativa, sendo constitutivamente marcada pela ideologia – percebe-se a revista não apenas como um veículo informativo ou de entretenimento, mas, de outro modo, como um elemento que carrega ideologias e que contribui para construção de opiniões e identidades sociais moldadas por determinados discursos nela autorizados.

Assim, ao observar-se as materialidades analisadas no âmbito do artigo apresentado nesta obra, busca-se discorrer sobre os modos de funcionamento da ideologia que, indicando regularidade de sentidos, incide no discurso em relação à defesa da tomada de poder pelos militares e à destituição do então presidente João Goulart, como elementos necessários para a manutenção da ordem, pois o país, segundo a revista, se via ameaçado pelas ideias comunistas.

Desse modo, tanto a ideia de manutenção da ordem quanto a de proteção do Brasil contra o caos que seria implantado pelo comunismo, representado pelas ideias do então presidente, foram difundidas pelo veículo de comunicação analisado, a fim de justificar a tomada de poder pelos militares. A posição-sujeito no discurso da revista sobre o golpe militar é a que indica que a tomada de poder seria a única saída para impedir que os comunistas, considerados pelos veículos de comunicação da época como “arruaceiros” e “baderneiros”, não continuassem a comandar o país.

Os resultados mostram que esse veículo de comunicação defendeu os militares, exaltou a tomada de poder e condenou as ideias progressistas do então presidente, que foi colocado como uma ameaça aos valores nacionais e à família. A revista *O Cruzeiro* funciona, dessa forma, como um veículo em que os sentidos sobre comunismo foram ligados ao caos social, enquanto os sentidos sobre a



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virgínia B. H. Alvarez (Organizadores)

tomada de poder pelos militares foram ligados à manutenção da paz e da ordem, indicando os modos de funcionamento e sustentação da ideologia dominante, que rechaçava as ideias de reforma agrária e igualdade social presentes nos discursos de João Goulart.

No terceiro artigo, “Antônio Conselheiro pelo olhar do outro: uma análise da sua imagem em jornais da época”, de Ilza Carla Reis de Oliveira, Carla Luzia Carneiro Borges e Gilberto Nazareno Telles Sobral, leva-se em consideração a imprensa nacional, de modo particular a baiana, constituída como um espaço privilegiado pelo qual foram veiculadas diversas notícias sobre Antônio Conselheiro e seus seguidores, desde os tempos de peregrinação do líder religioso, por volta do ano de 1874, até a fundação do arraial de Belo Monte, em 1893, culminando no combate entre republicanos e conselheiristas, conhecido como a Guerra de Canudos (1896-1897).

Particularmente acerca dos dois jornais que compõem o *corpus* desse trabalho – *O Rabudo* e o *Diário da Bahia* – não se tem muitos dados. Sobre o primeiro, poucas são as informações disponíveis, uma vez que ele deixou de ser editado há algum tempo. Sabe-se apenas ser do município de Estância/SE e o primeiro a fazer menção a Antônio Maciel, antes mesmo de ser conhecido pela alcunha de Conselheiro. O outro periódico, assim como os jornais de sua época, era caracteristicamente opinativo. Aliás, a maioria dos jornais baianos, nesse período, pertencia a grupos políticos e funcionava como porta-voz de grupos oligárquicos, o que explica apresentarem em suas notícias Antônio Conselheiro como fanático e subversivo, visto que ele arrebanhava muitos seguidores, muitos deles trabalhadores dos grandes latifúndios pertencentes aos coronéis da região, o que preocupava as autoridades políticas e religiosas.



Trazer a figura central de Antônio Conselheiro não significa considerar o sujeito individual, em sua identidade una, como conselheiro, mas seu lugar nessa posição-sujeito de representante de um Brasil dos sertões em confronto com o Brasil litorâneo.

Considerando-se esse contexto, objetiva-se investigar, a partir da Análise do Discurso de linha francesa, o jogo de imagens presentes no discurso jornalístico: dos sujeitos entre si, do referente (Antônio Conselheiro) e as condições de produção que constituem esses discursos em duas notícias veiculadas nos referidos periódicos: uma do jornal sergipano *O Rabudo*, de 1874; e outra do *Diário da Bahia*, de 27 de junho de 1876.

Na seqüência, “A referenciação sob a perspectiva do texto como evento linguístico-dialógico”, de Lícia Maria Bahia Heine, é apresentada uma relação entre a Linguística Textual e os estudos de Bakhtin, com foco nos processos de referenciação.

A transição entre os séculos XX e XXI aponta um novo momento da Linguística Textual – a fase bakhtiniana (HEINE, 2011) –, cuja particularidade é trazer à baila preceitos provenientes das reflexões de Bakhtin que promovem uma resignificação dos pilares básicos da referida teoria. Para tanto, põe-se em foco certas limitações que a Linguística Textual, apesar de seus avanços, ainda não conseguiu superar, a exemplo de um conceito de texto. Repensar tal concepção mediante um ponto de vista dialógico implica a possibilidade de ascender o processamento da referenciação para considerar não apenas o código linguístico, mas também os elementos semióticos.

Nesse artigo, apesar do tratamento dado ao arcabouço da Linguística Textual, a abordagem não se circunscreve ao viés teórico. Para além disso, também se estende ao âmbito da educação, na medida



em que o tratamento dado ao conceito de texto é observado em livros didáticos. Cabe aí compreender como esses manuais escolares têm abordado os aspectos que promovem a textualidade, principalmente em textos sincréticos: como se dá a articulação entre o verbal e o não verbal.

Assim procedendo, o estudo se apoia na concepção de texto como evento dialógico, linguístico-semiótico, falado e escrito (HEINE, 2011), cujo alicerce teórico é Bakhtin. O plano dialógico é aplicado ao texto, o qual passa a ser visto como um evento semiótico composto por duas camadas: a linguístico-formal e a histórico-ideológica.

Considerando-se o aspecto dialógico, a referenciação passa a ganhar um alcance mais amplo, transcendendo os limites da palavra, do texto verbal. É nesse sentido que chega ao texto não verbal, promovendo uma relação entre palavra e imagem por meio da chamada referenciação semiotizada. Trata-se de uma proposta, a qual não se resume à linguagem escrita, de preenchimento de certas lacunas deixadas pela Linguística Textual, como forma de atualização dos mecanismos referenciais.

A partir desse princípio de análise, pretende-se focalizar, em especial, a referenciação a partir de charges, objetivando demonstrar que ela pode ocorrer não somente pelo código verbal, mas também por signos não verbais, demonstrando, destarte, a necessidade de ampliar o conceito de referenciação para referenciação semiotizada.

No quinto artigo, “Discurso, corpo e governamentalidade: modos de ser virgem para jovens no YouTube (2011-2018)”, de Suelane Gonçalves Santiago Lima e Nilton Milanez, busca-se apresentar, problematizar e analisar os discursos do sujeito virgem em vídeos de curta duração veiculados no YouTube, em um recorte temporal de sete anos, compreendidos entre 2011 e 2018, no quadro dos estudos discursivos.



Para tanto, considera-se o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault, a fim de encontrar regularidades enunciativas, com o objetivo de estabelecer o encadeamento de enunciações ao observar quem estaria autorizado a permitir, regular ou proibir a prática sexual exercida pelos sujeitos. A partir dessas observações, fala-se de como se constitui o sujeito virgem para jovens em vídeos do YouTube.

Nesse ponto da obra, alcança-se finalmente o corpo em uma relação ora de silêncio, ora de regulação com a palavra. Esse encontro se estabelece por meio da noção de governamentalidade, a qual incide na sexualidade, instituindo uma reflexão sobre ser virgem. A atualidade dessa pesquisa se inscreve na própria plataforma de manifestação da corporificação e da sexualidade: o YouTube. A partir daí, o fenômeno “vidiático” é pensado em um movimento de interdição e submissão a uma ordem discursiva.

A inscrição do corpo no âmbito das ciências humanas é concebida via estudos de Courtine, a partir dos quais se acessa o inconsciente, e se desdobra nas relações de poder inscritas no campo político. Aí se dá o ponto de intersecção entre esse pensamento e as condições foucaultianas de instauração dos micropoderes como forma de se chegar à dimensão discursiva do corpo, que, a essa altura, não se define enquanto estrutura físico-biológica. Para além da matéria orgânica, interessa sua condição simbólica.

No jogo entre censura e resistência, cabe questionar em que medida existe autonomia para o sujeito tratar de si, de que lugar o sujeito fala como prática discursiva de assunção sobre seu corpo, como o atravessamento de outros discursos interfere no olhar do sujeito sobre ele próprio.



A investigação busca respostas para tais questões ao observar manifestações de som e imagem materializadas na rede de audiovisualidades que compõe o *corpus*. É nesse universo audiovisual que o corpo passa a ser observado na busca de um princípio de regularidades, mediante o qual se percebe que a sexualidade ainda se constitui como um tabu. Também se constata a heterogeneidade que caracteriza as políticas de governamentalidade, revelando um complexo ambiente de instauração de sentidos no âmbito da corporificação da sexualidade.

Diante do que já foi dito até aqui, percebe-se que, a partir da especificidade teórica de cada corrente mobilizada nos diferentes artigos, discute-se sobre os modos como os sentidos são construídos para além dos aspectos formais da língua. Assim, tendo como objeto diferentes materialidades, que vão de leis ao corpo, indica-se nas reflexões aqui proporcionadas que os sentidos são produzidos a partir da relação inexorável entre a língua e seu exterior, destacando-se também o fato de que os objetos analisados não são apenas neutros, mas são objetos de discursos – sendo, portanto, atravessados por aspectos sócio-históricos e construídos a partir de uma memória social.

Esperamos, então, que esta obra possa contribuir para a compreensão da linguagem enquanto uma rede de relações que vai além da materialidade linguística. É pelo discurso que aqui acessamos outra materialidade, a ideológica, fruto das práticas sociais. Por esse caminho, os fenômenos discursivos tomam o texto em suas diferentes dimensões e põem em evidência não somente o dito, mas também o silenciado; não somente a linguagem escrita, mas a textualidade que dá sentido a elementos simbólicos que vão da palavra ao corpo.

O SUJEITO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O LUGAR JURÍDICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Priscila Kalil Bugia Serva
André Luiz Gaspari Madureira

As investigações sobre aspectos da educação estão sempre na ordem do dia, dada a emergência em fomentar, cada vez mais, um ambiente propício à constituição de sujeitos cientes e conscientes de seu papel social. No cerne dessas discussões, destaca-se o papel de um dos agentes do processo de ensino e aprendizagem na escola: o docente.

Investigar o papel da docência requer, ao contrário do que se possa pensar, a observação não propriamente das ações individuais de professores que ocupam esse lugar, mas, sobretudo, dos aspectos coletivos que imprimem certa regularidade a esse espaço de prática ideológica. Do ponto de vista do materialismo histórico, podemos considerar a influência que as instâncias político-jurídicas exercem no nível superestrutural em que se encontram, num movimento de circularidade a partir do qual a infraestrutura (ou base econômica) incide sobre a superestrutura (instâncias político-jurídicas e ideológicas) e, ao mesmo tempo, é por ela influenciada.



Longe, porém, da busca por uma análise estritamente marxista, a investigação dos aspectos superestruturais pode encontrar terreno de observação na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, fomentada pelo filósofo Michel Pêcheux. Sob essa perspectiva, a linguagem se constitui enquanto lugar de materialização do discurso, dos efeitos de sentido oriundos das relações entre classes sociais no interior do que Althusser (1985, p. 53) chama de “[...] aparelhos ideológicos de Estado”. Daí deriva uma concepção de ideologia que, desenraizada da noção de ideia, se apresenta enquanto prática social como materialidade histórica.

A noção de sujeito, por esse viés, se distancia da concepção de indivíduo, de pessoa, de ser psicofisiológico. Em vez disso, configura-se como forma-sujeito, ser clivado, cindido, que representa diferentes lugares sociais de onde se “fala”.¹ As idiossincrasias deixam de ser apreciadas e dão lugar à observação das características interdiscursivas das quais emanam diferentes discursos, que não têm a ver com atos de fala, mas com efeitos de sentido materializados em âmbito social. Desse modo, a identificação do sujeito não implica o estudo das singularidades, das subjetividades, mas das características que singularizam o discurso do pai, do operário, da lei, do professor – ou seja, dos efeitos de sentido que determinam o que se pode e se deve dizer a partir de determinado lugar social.

Apreciar a linguagem implica, assim, tomá-la como materialidade primária a partir da qual podemos acessar outros níveis de materialidades, a saber, o nível discursivo e o ideológico. A materialidade linguística selecionada para analisarmos o sujeito docente emana de um discurso político-jurídico cuja investigação faz parte

¹ Nesse caso, a fala não representa uma atividade psicofisiológica, e sim um ambiente polifônico do qual emanam efeitos de sentido de cunho social, coletivo, e não individual.



da pesquisa de mestrado que deu origem à dissertação intitulada *A constituição da forma-sujeito docente do atendimento educacional especializado (AEE)* (BUGIA SERVA, 2018). Trata-se do texto da resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 1/2002, no qual se apresentam as competências que todo professor da educação básica deve ter, representando-se apenas um recorte do trabalho realizado.

Nossa proposta, aqui, é analisar alguns itens da resolução CNE/CP nº 1/2002 como forma de compreender quais são as formações discursivas (FD) que permeiam a FD jurídica e de que maneira se relacionam. Nesse processo, também se lança um olhar sobre a educação especial para percebermos como, na FD jurídica, se materializa o lugar do sujeito docente da educação básica diante da diversidade.

É assim que podemos, no caso do fazer da docência, compreender melhor quais são os papéis atribuídos ao professor do ponto de vista institucional, bem como quais são os silenciamentos que podem incomodar a ponto de proporcionar práticas sociais geradoras de discursos nos quais se reivindicam certos efeitos aparentemente velados.

A FORMA-SUJEITO DOCENTE: UM OLHAR (INTER) DISCURSIVO

Para refletirmos sobre a forma-sujeito docente da educação básica (FS1), tomaremos a FD das normas jurídicas produzidas segundo as regras do processo legislativo brasileiro, concentrando-nos



mais especificamente nos dizeres relativos às competências docentes para esse nível, instituídas pela resolução CNE/CP no 1/2002 ao estabelecer as diretrizes curriculares nacionais para a formação desses professores.

A noção de FD é tomada aqui diante do pensamento de Pêcheux (1995, p. 160, grifos do autor), que a define como

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Assim, é da FD na qual são produzidas que as palavras ganham seus sentidos, mudam de acordo com as posições assumidas por aqueles que as empregam em referência às formações ideológicas (FI) nas quais se inscrevem essas posições.

O artigo sexto da aludida resolução representa, assim, a materialidade linguística que relaciona seis competências a serem contempladas no projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes da educação básica, no âmbito de uma FD jurídica:

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;

II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;



- III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional. (BRASIL, 2002a, p. 3).

Para a análise, tomaremos as sequências discursivas materializadas nos pontos I e II, uma vez que esse recorte demarca as competências mais abrangentes e que, por isso, apresentam maior probabilidade de ter, em sua constituição, um atravessamento interdiscursivo referente à educação especial.

Mediante uma proposta de análise discursiva, convém retomar Pêcheux (1993, p. 83) ao expor que “[...] a posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso”. Segundo ele, nos mecanismos de formação social existem regras de projeção a partir das quais os sujeitos do discurso formam imagens do lugar que atribuem a si e ao outro – são as formações imaginárias estabelecendo relações entre as posições e as situações. Assim, os membros do CNE, por exemplo, falam do lugar de brasileiros de reputação ilibada que, tendo prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura, foram escolhidos para uma função de interesse público relevante – conselheiros –, assegurando a participação da sociedade na melhoria do ensino nacional ao cumprir



suas atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao ministro da Educação.

Pêcheux (1993, p. 83) afirma ainda que a situação – ou seja, o contexto no qual se materializa o discurso – também pertence às condições de existência do dizer. Temos assim, no parecer CNE/CP nº 9/2001, o contexto no qual nos apoiamos para a análise das sequências discursivas selecionadas, relativas às competências docentes dadas pela resolução CNE/CP nº 1/2002, pois o documento apresenta desdobramentos para cada competência, os quais apontam para as formações imaginárias estruturantes das condições de produção.

COMPROMETER-SE COM OS VALORES DEMOCRÁTICOS

I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática. (BRASIL, 2002a).

Nessa sequência discursiva, vemos a referência aos valores que inspiram a sociedade democrática – sem, contudo, enunciar quais são eles. O não dito acerca desses princípios se relaciona com o que Pêcheux (1995) chamou de *pré-construído*, um dos elementos do interdiscurso, que remete “àquilo que todo mundo sabe” e pode entender – nesse caso, em um contexto democrático. Na constituição da FS₁, irrompe o domínio do pensamento democrático na ordem do já dito. Percebemos, assim, um primeiro atravessamento de FD no interdiscurso que compreende a constituição da FS₁, que chamaremos de FD democrática.



O parecer CNE/CP nº 9/2001, que apresentou o projeto da resolução CNE/CP nº 1/2002, elenca quatro competências relativas ao enunciado em análise enquanto condições de produção, bem como relaciona os valores inscritos na FD democrática, a qual emerge de práticas sociais concernentes a uma sociedade democrática, inserindo a presença da FI nesse espaço jurídico-democrático. Para Pêcheux e Fuchs (1995, p. 166, grifo do autor), a FI representa

[...] um elemento suscetível de intervir como força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; [...] constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que [...] se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras.

Disso, implica dizer que a concepção de ideologia não se relaciona com a esfera das ideias, mas com práticas sociais, cuja materialidade se consubstancia no discurso.

Conforme o parecer, uma das competências materializadas no enunciado em análise que tomamos como prática social da FI em questão é esta:

Pautar-se por princípios da ética democrática: dignidade humana, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade, para atuação como profissionais e cidadãos. (BRASIL, 2002b, p. 41).

Tais princípios são, portanto, atravessados pelo domínio do pensamento ético, que assume diferentes perspectivas conforme a FD na qual o sujeito do discurso se inscreve. Poderemos, assim,



encontrar sentidos produzidos pela ética socrática, estoica, utilitarista, kantiana, etc.

Considerando-se que temos em Paulo Freire um filósofo brasileiro reconhecido mundialmente por seu pensamento – cujo fio condutor relaciona educação e política –, é importante observar que também encontramos na FD que chamaremos metodologicamente de freireana² a inscrição do domínio do pensamento ético como condição para a prática educativa. Essa FD se coaduna com a prática educativo-progressiva, cujos dizeres afirmam aos educadores e educandos a rigorosidade da ética universal do ser humano, indo de encontro ao cinismo da arenga, à exploração da força de trabalho humano, à discriminação de raça, gênero ou classe. Observamos, nessa perspectiva, que:

[...] não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. (FREIRE, 1996, p. 19).

Em questão, temos os princípios inscritos na ética democrática. Destacamos, então, o da *dignidade humana*, valor inspirador que figura no artigo primeiro da Constituição Federal Brasileira de 1988 como um de seus princípios fundamentais. Ele assegura a todo cidadão brasileiro a proteção de seus direitos individuais e sociais, dentre os quais está o direito à educação (BRASIL, 1988).

Outros princípios da ética democrática materializados no parecer são *participação, diálogo, responsabilidade, justiça e*

² Evidentemente, do ponto de vista da AD, não se pode atribuir a um indivíduo a consolidação de um campo discursivo. A definição de FD freireana é meramente metodológica, uma vez que os ecos do pré-construído se assentam mundialmente na figura de Paulo Freire, enquanto lugar social da prática pedagógica da ética democrática.



solidariedade, que também se alinham com o que já foi dito sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988, art. 3º).

Vemos que, na constituição da FS₁, há uma identificação com os dizeres regulados por uma FD da qual emergem ditos acerca de *uma sociedade livre, justa e solidária*, sendo que também se coadunam com o objetivo constitucional, apresentado no inciso IV – os princípios de *respeito mútuo e respeito à diversidade* por meio da promoção do bem de todos, sem preconceito e discriminação.

Outra competência implicada no trecho analisado, conforme o parecer relaciona, é esta:

Reconhecer e respeitar a diversidade manifestada por seus alunos, em seus aspectos sociais, culturais e físicos, detectando e combatendo todas as formas de discriminação. (BRASIL, 2002b, p. 41).

É interessante notar que, no jogo de constituição de FS₁, há o processo de identificação com uma FD cujo sujeito se desidentifica com a FD de discriminação, uma vez que não basta se identificar com uma FD que vai ao encontro do reconhecimento do outro. É preciso combater o posicionamento contrário, como se institui na materialidade linguística que compreende o dizer em análise. Isso começa a evidenciar o ambiente complexo de constituição de FS₁.



Quanto ao processo de desidentificação com a FD de discriminação, observamos, novamente, o atravessamento da FD freireana, na qual o ensinar exige a rejeição decidida de qualquer forma de discriminação: “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 1996, p. 39-40).

Ainda sobre o combate às formas de discriminação, inscrito nos dizeres em análise, convém atentar à amplitude dos *aspectos sociais, culturais e físicos* elencados na competência. Embora ela não relacione explicitamente o aspecto intelectual, se considerarmos que o sentido de *físico* também está ligado à existência de deficiências orgânicas – cujas limitações se expressam motora, intelectual, comportamental ou socialmente –, a competência em respeitar a diversidade estará, assim, consoante as políticas afirmativas de inclusão educacional, abarcando o público-alvo da educação especial.

Daí resulta também dizermos que, na constituição da FS_1 , há a identificação com o princípio da prevalência dos direitos humanos, que rege as relações internacionais do Brasil, conforme artigo 4º, inciso II, da Constituição (BRASIL, 1988) – pois, como já foi exposto anteriormente, as políticas educacionais brasileiras são marcadamente influenciadas pelas internacionais de inclusão social em favor das minorias.

Pêcheux (1995, p. 215) expõe que o bom sujeito do discurso realiza os efeitos da FD que o determina. Tecendo os comprometimentos com os valores da sociedade democrática, o parecer estabelece outra competência a partir da qual a FS_1 sofre determinação: “[...] orientar suas escolhas e decisões metodológicas e didáticas por valores democráticos e pressupostos epistemológicos coerentes”. Assim, inspirada



por valores da sociedade democrática, a FS_1 se identifica com os dizeres que apregoam o respeito à diversidade apresentada pelos alunos, sendo adequado dizer que esse respeito deve reverberar em práticas pedagógicas condizentes com suas necessidades e especificidades.

Desse modo, a FS_1 se relaciona com os saberes comprometidos com o desenvolvimento de práticas pedagógicas acolhedoras que alcancem, inclusive, os alunos que constituem o público-alvo da educação especial. Cabe também dizer que, atravessada pelos dizeres da FD democrática, a FS_1 se identifica com os enunciados que afirmam a necessidade de direcionar um olhar individualizado ao discente para avaliar e reconhecer suas especificidades e, assim, adequar o fazer pedagógico, de modo a favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento de toda diversidade de estudantes.

Fechando o conjunto das competências guiadas pelos valores da sociedade democrática, tem-se a competência em “[...] zelar pela dignidade profissional e pela qualidade do trabalho escolar sob sua responsabilidade” (BRASIL, 2002b, p. 41). Aí observamos a esfera individual da ética profissional nas relações institucionais (escola) e interpessoais (alunos) reafirmando os valores vinculados às competências anteriores. O zelo pela dignidade profissional se relaciona com a FD kantiana, pois há nele um componente vinculado à tradição filosófica deontológica (do grego *deonta*, que significa “a dever”). Na concepção desenvolvida pelo filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), a ética é fundamentada em princípios universais, sendo um imperativo categórico apoiado na igualdade fundamental existente entre todos os seres humanos (KANT, 2015).

Assim, na constituição da FS_1 , observamos que sua inscrição na FD da ética democrática se coaduna com os dizeres que remetem



aos códigos de conduta ou de ética que têm força de orientar e regular a ação profissional, com objetivo de proteger e resguardar o profissional ao definir suas responsabilidades e direitos, assim como proteger e resguardar aqueles que precisam do seu serviço, determinando seus deveres técnicos e éticos com essas pessoas. Nos dizeres da competência, contudo, observamos a ênfase às suas responsabilidades em infundir respeito pela qualidade do trabalho realizado com profissionalismo e o silenciamento quanto aos direitos.

Vemos, assim, que na constituição da FS₁ há a inscrição da FD democrática na FD jurídica, cujos dizeres determinam uma série de competências que emergem como práticas sociais orientadas por valores éticos e democráticos. Observamos também no interstício intradiscursivo o atravessamento de FD freireanas e kantianas, com as quais a FS₁ se identifica como sujeito do discurso, em um processo interdiscursivo de aliança entre tais FD.

COMPREENDER O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola. (BRASIL, 2002a).

O papel social da escola é demarcado em cinco competências apresentadas pelo parecer CNE/CP nº 9/2001, que entendemos como práticas sociais orientadas por uma ideia de educação para a competitividade econômica e cidadania social.

Segundo Sobral (2000), na década de 1990, no novo contexto mundial, marcado pela globalização, tem início um novo paradigma produtivo que requer indivíduos mais competitivos no mercado,



contribuindo para o desenvolvimento da sociedade. Há, portanto, uma legitimação de caráter econômico possibilitada pela educação, que é considerada parte do tripé do desenvolvimento, junto com a ciência e a tecnologia. A socióloga expõe o seguinte:

Embora a racionalidade econômica permeie a ideia de educação para a competitividade na política educacional brasileira recente, não se pode ignorar, entretanto, uma concepção social da educação, no que se refere à ampliação das oportunidades educacionais para diminuir as desigualdades sociais, concretizando-se, dessa forma, uma sociedade mais justa. (SOBRAL, 2000, p. 6).

A educação passa a ser também um agente da cidadania social em relação ao seu papel de diminuição das desigualdades sociais. Ela é relevante não apenas para a competitividade pela dominação do conhecimento no novo paradigma produtivo, mas também por seu papel na promoção da cidadania social, tornando as sociedades mais igualitárias, solidárias e integradas. Ambos os vieses, educação para a competitividade e para a cidadania social, conforme a socióloga, são consensos na agenda de discussões sobre políticas educacionais em âmbito internacional.

Desse modo, a primeira competência relativa ao papel social da escola, descrita no parecer, é esta:

Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele. (BRASIL, 2002b, p. 42).

Sobre os objetos discursivos em questão – processo de sociabilidade e processo de ensino e aprendizagem –, é preciso que eles



sejam compreendidos e que atuem mediante a ótica das práticas provenientes do domínio econômico-social. A FS₁ se constitui, portanto, a partir da identificação com a FD da cidadania social, cujos dizeres determinam a compreensão da sociabilidade pelo viés do domínio do conhecimento para a competitividade. Assim, a educação para a cidadania se alinha com a diminuição das desigualdades sociais – que, no âmbito escolar, nos remete, por exemplo, à democratização do ensino para todos, incluindo-se os alunos com deficiência. Já a educação para a competitividade prevê a qualificação dos recursos humanos, por exemplo, por meio do aumento da sua empregabilidade, inclusive daqueles alunos com deficiência.

A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional podem ser vistas como causa da não contratação de pessoas com deficiência – para as quais a Lei de Cotas, de 1991, é um incentivo à empregabilidade, determinando um percentual de funcionários com deficiência com base no quantitativo de trabalhadores da empresa.

Outra competência relativa ao papel social da escola, que compreendemos como uma prática social característica da FI econômico-social, diz o seguinte:

Utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa. (BRASIL, 2002b, p. 42).

Observamos, subjacente a essa materialidade linguística, a reinscrição nas formas da ideologia dominante que remete ao desdobramento constitutivo do sujeito do discurso, conforme expõe Pêcheux (1995, p. 214), na relação entre pré-construído (o “sempre já” da interpelação ideológica que impõe a “realidade”) no uso *dos*



conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social e o efeito-transverso (sujeito em sua relação com o sentido) na compreensão do contexto e das relações em que está inserida a prática educativa.

Assim, na apropriação subjetiva do conhecimento político pelo processo de interpelação ideológica e assujeitamento, por exemplo, a FS₁, ao se identificar com os dizeres da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, se filia a uma FD da inclusão remetida às práticas sociais de cunho político, cultural, social e pedagógico desencadeadas em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos.

Sabemos, contudo, a partir das modalidades discursivas do funcionamento, que há a possibilidade de a) uma separação ou distanciamento: “[...] o sujeito, ‘mau sujeito’ [...] se *contraidentifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’” (PÊCHEUX, 1995, p. 215); ou b) uma transformação-deslocamento da forma-sujeito pelo efeito de desidentificação em função da natureza das FD que servem de “matéria-prima” na apropriação subjetiva dos conhecimentos (PÊCHEUX, 1995, p. 222-223). Na FD freireana, na qual a apreensão da realidade é um saber necessário à prática educativa, observamos ditos como o abaixo:

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal, anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. (FREIRE, 1996, p. 21).

Dessa maneira, o modo como é apresentada uma questão produz um efeito ideológico-discursivo que afeta o funcionamento



da forma-sujeito. Isso se dá, conforme explica Pêcheux (1995, p. 223), pelo “[...] efeito da luta ideológica das classes sobre o terreno da apropriação social dos conhecimentos”. Por isso, o funcionamento da FS₁ será determinado conforme a configuração das FD nas quais ela se inscreve.

Também relacionada no parecer como uma competência na categoria discursiva do papel social do sujeito docente, encontramos

[...] participar coletiva e cooperativamente da elaboração, gestão, de envolvimento e avaliação do projeto educativo e curricular da escola, atuando em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula. (BRASIL, 2002b, p. 42)

Tal prática social rompe com o caráter meramente executor, coadunando-se com os princípios de gestão escolar participativa e democrática.

Freitas (2000) expõe que, na sociedade industrial do início do século XX, predominava a administração científica, centralizadora e hierarquizada, baseada no modelo de administração científica de Frederick Taylor, que influenciou por muitos anos o modelo de administração escolar condicionada pela política econômica e cultural dominante. Contudo, na década de 1980, segundo a pesquisadora:

O contexto da abertura política nacional dos anos 80 deu espaço para que a educação fosse pensada a partir da realidade escolar [...]. As novas políticas públicas, provavelmente sob o efeito do espírito neoliberal, passaram a contemplar a descentralização administrativa e gestão escolar participativa de cunho democrático,



com o foco na realidade da escola e de suas comunidades escolar e local. (FREITAS, 2000, p. 47).

Surgiram, então, órgãos colegiados como o conselho escolar, constituído por representantes de cada segmento da comunidade acadêmica, com poder deliberativo, refletindo o incentivo do Estado por uma forma de gerenciamento escolar aparentemente mais democrática. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), quanto à organização da educação nacional, no artigo 14, estabelece como um dos princípios para as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica em seu inciso I (BRASIL, 1996): “[...] participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola”.

Essa reorganização da gestão escolar, entretanto, demanda empenho político e técnico dos educadores para que não ocorra sob a ilusão de participação nos processos decisórios, conforme ressalta Freitas (2000, p. 48). Na constituição da FS₁, desse modo, vemos novamente irromperem os valores de uma sociedade democrática que proporciona a corresponsabilidade participativa, conferindo legitimidade às decisões tomadas no ambiente escolar.

Rompendo com a lógica massificadora da escola, que historicamente desconsidera a diversidade de demandas que existem no seu interior, observamos outra competência relacionada à categoria discursiva sobre o papel social do sujeito docente, que implica

[...] promover uma prática educativa que leve em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos do projeto educativo e curricular. (BRASIL, 2002b, p. 42).



Tomada como uma prática social, percebemos que, nessa competência, para considerar *as características dos alunos e de seu meio social* é preciso atender as suas necessidades específicas, criando condições para o desenvolvimento de seu potencial internalizado no *projeto educativo e curricular*. Observamos, nessas condições, convergência com a FD freireana, cujos ditos questionam, entre outras coisas:

Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 1996, p. 33).

Relacionada à FD de respeito à diversidade de ideias, atitudes, anseios e necessidades dos atores sociais que participam do ambiente escolar, a competência de “[...] estabelecer relações de parceria e colaboração com os pais dos alunos, de modo a promover sua participação na comunidade escolar e a comunicação entre eles e a escola” (BRASIL, 2002B, p. 42) surge como outra prática social ligada à discursividade do papel social da escola. Na LDB, ainda sobre os princípios para as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica presentes no artigo 14, observamos no inciso II (BRASIL, 1996): “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

Assim, na resolução CNE/Câmara de Educação Básica (CEB) nº 4/2010, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, podemos perceber no artigo 10, parágrafo 1º, inciso II, o destaque dado, no planejamento coletivo das ações pelos agentes escolares, à necessidade da clareza quanto



II – à relevância de um projeto político-pedagógico concebido e assumido coletivamente pela comunidade educacional, respeitadas as múltiplas diversidades e a pluralidade cultural. (BRASIL, 2010).

Desse modo, na constituição da FS₁ há identificação com os dizeres que relacionam a escola com um projeto de uma sociedade justa, respeitando o pluralismo que nela existe e contribuindo para a garantia de um ambiente escolar orientado pelos princípios da gestão democrática, compartilhada e participativa.

Apesar disso, a FD da diversidade resgata aspectos da educação inclusiva pelo silenciamento. Conforme Orlandi (2007, p. 88), “[...] é o silêncio que trabalha os limites do já-dito no interdiscurso”. Nesse processo interdiscursivo, então, escapa o já-dito sobre as práticas sociais do docente da educação especial. No discurso, por sua vez, o que se tem são os ecos do silêncio sobre a educação inclusiva que, de forma geral, fazem parte de um todo do papel social da escola. São esses ecos silenciosos que incomodam, são eles que, pela ausência, apontam para um lugar a ser ocupado.

CONCLUSÃO

Na investigação sobre o lugar do sujeito docente da educação básica, foi possível perceber que há FD que atravessam a FD jurídica em uma relação de aliança, proporcionando a materialização do discurso sobre o professor que o toma inserido em um contexto interdiscursivo com FD de diversidade, de democracia, de ética.



Apesar desse atravessamento interdiscursivo que põe em cena a perspectiva da diversidade e outras afins, as atribuições do sujeito docente do AEE não são materializadas no *corpus* analisado. Sua manifestação se dá, então, pelo processo de silenciamento, o que produz um efeito de ausência cujo reflexo se instaura na emergência em se materializar em outra FD jurídica.

Para apoiar o desenvolvimento dos alunos que formam o público-alvo da educação especial em todas as etapas da educação básica, a política de educação inclusiva implantada pelo MEC nos apresenta o AEE. Trata-se de um serviço da educação especial que deve ser ministrado por professor com os conhecimentos gerais necessários ao exercício da docência e os específicos da educação especial.

Com a emergência do AEE, porém, surgem alguns questionamentos: *qual o papel do lugar social do sujeito docente do AEE? O que diferencia essa forma-sujeito da forma-sujeito docente da educação básica? Em que medida uma forma-sujeito replica a outra?* Essas são mais questões abordadas pela pesquisa de mestrado da qual provém este estudo e que serão retomadas em próximas publicações.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Tradução Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 191-A, 5 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2DBs2iv>. Acesso em: 7 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 mar. 2002a. Disponível em: <http://bit.ly/2Hehc29>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de maio de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 jan. 2002b. Disponível em: <http://bit.ly/2VHXSOQ>. Acesso em: 7 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CBE nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, p. 824, 14 jul. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2HopTqN>. Acesso em: 7 mar. 2019.

BUGIA SERVA, Priscila Kalil. *A constituição da forma-sujeito docente do atendimento educacional especializado (AEE)*. 2018. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Katia Siqueira de. Uma inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

equipe escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 47-59, fev./ jun. 2000.

KANT, Immanuel. *A crítica da razão prática*. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-252.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-11, mar. 2000. Disponível em: <http://bit.ly/2VxOLQK>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DISCURSOS SOBRE O GOLPE MILITAR DE 64 NA REVISTA O CRUZEIRO

Palmira Bahia Heine Alvarez
Helionardo Oliveira de Carvalho

Falar sobre governo militar – cuja implantação instituiu a ditadura no Brasil, fruto de um golpe de Estado que retirou do poder o então presidente João Goulart – não constitui tarefa das mais simplórias. Compreender o cenário político, econômico e social no qual foi desencadeado esse evento nos exigiu diversas leituras, a fim de alcançar a dimensão de todo o processo em questão.

Mais complexo ainda foi associar essa tarefa de investigação histórica aos discursos que faziam apologia ao golpe produzidos pelos meios de comunicação, em particular pela revista *O Cruzeiro*, que será aqui objeto de análise. Afinal, como afirma a própria Análise de Discurso de linha francesa, a linguagem não é transparente, e foi sobre essa não transparência, essa opacidade da linguagem, que tivemos de nos debruçar, saindo da aparente obviedade dos sentidos para entender o funcionamento dos processos discursivos manifestados nesse veículo de comunicação.



Dito isso, questionamo-nos a respeito do funcionamento da ideologia na produção de sentidos sobre o comunismo – discursivizado como o maior perigo para a economia e a vida do brasileiro – e o governo militar – tratado como aquele que seria capaz de restabelecer a ordem no país –, sentidos que circularam em reportagens presentes na revista estudada.

Para procedermos à análise dos dados, utilizamos o aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, saindo da superfície linguística e indo até o processo discursivo, a fim de compreender os modos de constituição dos sentidos a partir da retomada de já-ditos e de uma memória histórico-social *suis generis*. Identificamos, pois, as regularidades que constituíam o discurso a favor da tomada do poder pelos militares em 1964, difundidos pela revista ora analisada. A partir dessas regularidades, foi possível observar as relações de paráfrase que incidiam sobre a defesa do golpe militar nessa revista, e voltar nossa atenção para o modo como os elementos parafrásticos constituíam sentidos, a fim de compreender as formas de discursivização do golpe nesse veículo midiático. Neste capítulo será utilizada a terminologia *golpe* para fazer referência à tomada de poder pelos militares. Segundo Bobbio (1986, p. 545):

O termo foi-se precisando paulatinamente, sobretudo com o advento do constitucionalismo: durante a vigência deste, faz-se referência às mudanças no governo feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político.

Considera-se que a tomada de poder pelos militares em 1964 representou uma ruptura democrática que desconsiderava a



importância do voto, uma vez que o presidente João Goulart, eleito em um pleito democrático, foi destituído do cargo, seguindo no exílio para o Uruguai, onde permaneceu até sua morte em 1976. Com a destituição do presidente, os militares tomaram o poder, instituindo um governo pautado em tortura e repressão popular dos movimentos de esquerda que se articulavam em busca de direitos no Brasil.

DE ONDE FALAMOS?

A Análise de Discurso de vertente pecheutiana nos indica que os sentidos não estão e nem derivam da língua compreendida como um sistema formal de ordem sintática e fonológica, mas incidem sobre a língua concebida como sistema relativamente autônomo, como base sobre a qual se desenham os processos discursivos. Interessa-nos aqui defender a ideia de que as revistas são veículos disseminadores de ideologia e, como tais, preservam grande poder de constituição dos sentidos a partir de determinado viés: aquele que se coaduna com a ideologia ali veiculada.

Quando Althusser (1985, p. 88) falou sobre ideologia, ampliou essa noção a partir das tradicionais ideias marxistas. Segundo esse pensador, a ideologia tem uma existência material, não está apenas no campo das ideias, devendo ser entendida como um conjunto de práticas materiais. Ela seria definida como a “[...] relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

Ao mesmo tempo, o autor enunciava que os sujeitos não poderiam escapar à ideologia, ou seja, “[...] toda ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos concretos” (ALTHUSSER, 1985, p. 96). É



por meio da ideologia que os indivíduos (todos eles) se “transformam” em sujeitos pela interpelação. É, portanto, a ideologia que fornece a evidência de que todos nós somos desde já sujeitos e de que os sentidos sempre serão aqueles que nos são dados à primeira vista. Pêcheux (2009) chama atenção para a necessidade de se esboçar uma teoria materialista do discurso, que teria como pressuposto oferecer elementos para o analista desconfiar do efeito de transparência da linguagem e do sentido. Desse modo, segundo Pêcheux (2009, p. 139):

[...] eis o ponto onde surge, a nosso ver, a necessidade de uma teoria materialista do discurso; essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente, como vimos, em toda a filosofia da linguagem, que é a evidência do sentido.

O efeito ideológico, então, se concretiza no discurso, deixando marcas na língua. Com tal assertiva, Pêcheux sublinha a importância da criação de uma teoria que pudesse dar conta de observar a construção ideológica nos discursos. Segundo Pêcheux (2009, p. 141)

[...] o que a tese ‘ideologia interpela indivíduo em sujeito’ designa é exatamente que o ‘não-sujeito’ é interpelado-constituído em sujeito pela ideologia.

Assim, fora da ideologia só existe o não sujeito. O sujeito só pode existir dentro da ideologia, pois ele se torna desde sempre interpelado.

A noção de sujeito como fonte primeira do dizer e origem do sentido, como uma fonte intencional de produção de sentidos, é, pois, colocada por terra diante da afirmação de que ele é sempre constituído na e pela ideologia. Com isso, Pêcheux coloca em xeque



a noção de evidência do sujeito, compartilhada por teorias como a pragmática tradicional, por exemplo. O que oculta essa evidência é o fato de que “[...] o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p. 141).

Assim, é no discurso que se constroem os sentidos e esses últimos são formados com os sujeitos. Como assevera Pêcheux (2009), sujeito e sentido são constituídos simultaneamente. Tal afirmação nos leva a refletir sobre os sentidos de comunismo e ordem presentes na revista *O Cruzeiro*, ora analisada. Ao construir o sentido de comunismo, são construídos também sentidos sobre os comunistas e, relacionalmente, sobre aqueles que combatiam o comunismo. Os sujeitos comunistas, os simpatizantes ou apoiadores de João Goulart, por exemplo, eram construídos a partir dos sentidos de comunismo que circulavam na revista. Em contrapartida, aqueles que não apoiavam o comunismo eram construídos em uma relação de oposição aos primeiros.

Em Análise de Discurso, refuta-se a ideia de que “[...] uma palavra, proposição ou expressão tenha um sentido que lhe seja próprio, vinculado à sua literalidade” (PÊCHEUX, 2009, p. 147). Ao enunciar tal ideia, Pêcheux salienta que o sentido deriva das posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos do discurso, ou seja, uma mesma palavra pode mudar de sentido a depender da posição ocupada pelos sujeitos que a empregam. Como o sujeito é desde sempre sujeito, uma vez que não há como escapar da ideologia, é preciso ressaltar que ele é construído numa contradição, num jogo entre a ideia de causa e origem de si e a noção de interpelação. O sujeito é desde sempre um processo, construído sempre a partir da língua e do discurso. No processo de construção subjetiva, é preciso levar em conta



o funcionamento do pré-construído, desse sempre já-lá que instaura os sentidos.

Sabemos, segundo o que nos diz Pêcheux (2009), que é a ideologia que nos fornece a evidência de que somos sempre sujeitos, evidência que nos faz aceitar a literalidade dos sentidos. É o funcionamento ideológico que confere, então, a evidência dos sentidos do que é ser comunista ou ser militar, do que é ordem. Essa construção discursiva, portanto, baseia-se na interpelação ideológica dos sujeitos jornalistas e dos leitores da revista *O Cruzeiro*. A transparência do sentido diz respeito ao fato de que, a partir do funcionamento ideológico, não nos damos conta de que os sentidos não se originam nos sujeitos, mas derivam das posições ideológicas destes em relação ao todo complexo, com dominante de formações discursivas (o interdiscurso), revelando sua dependência do pré-construído, ou seja, com “[...] aquilo que fala antes, independentemente” (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Partimos do princípio, como já afirmado anteriormente, de que as revistas são parte dos aparelhos ideológicos do Estado, funcionando como um dos elementos dos aparelhos ideológicos da informação. Althusser (1985) afirmava que os aparelhos ideológicos do Estado funcionam prioritariamente pela ideologia, enquanto que os aparelhos repressivos do Estado funcionam primordialmente pela violência.¹ Assim, cabia aos aparelhos ideológicos do Estado a reprodução da ideologia dominante, que funcionava como uma espécie de “cimento social”, homogeneizando sujeitos.

¹ Apesar de afirmar que os aparelhos ideológicos do Estado funcionavam primordialmente por meio da ideologia e os repressivos funcionavam a partir da violência, o autor deixa claro que tanto um quanto outro apresentam um duplo funcionamento: pela ideologia e pela violência.



As revistas indicam um posicionamento ideológico ocupado pelos sujeitos enunciadorees que escrevem os artigos que as compõem e funcionam, a nosso ver, como elementos de difusão ideológica, disseminando as ideologias sobre o comunismo como uma ameaça à ordem política do Brasil, a partir das materialidades verbais e não verbais. Muito além de ser veículo de informação, a revista funcionava como aliada na defesa de determinado ponto de vista em detrimento de outro. O sentido de manutenção da ordem é colocado como plano de fundo na constituição da ideia de apoio à tomada de poder pelos militares, conforme será possível ver na análise dessas revistas.

UM POUCO DA CONJUNTURA POLÍTICA EM 1964

Na década de 1960, o Brasil passava por um conturbado quadro político, pois, devido a uma determinação presente na Constituição de 1946, havia a possibilidade de que os candidatos eleitos para presidente e vice-presidente não fossem da mesma coligação. Duas chapas candidataram-se ao pleito presidencial de 1960: de um lado, a formada pelo marechal Teixeira Lott, do Partido Social Democrático (PSD), e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); do outro, Ademar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP), e Jânio Quadros, do Partido Democrata Cristão (PDC). Assim, nas eleições de 1960, foram eleitos dois candidatos com propostas de governo bastante distintas: de um lado, Jânio Quadros (presidente), e de outro, João Goulart (vice-presidente).

No entanto, após críticas ao governo e dissidências da base de apoio ao presidente eleito, em 1961 Jânio Quadros renunciou



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

à Presidência da República, deixando o cargo vago. Segundo a Constituição, o vice-presidente deveria assumir o governo, mas os ministros militares posicionaram-se contra a sua posse por discordarem das ideias de esquerda defendidas por ele, formando um bloco oposicionista forte. Assim, para que o impasse fosse resolvido, decidiu-se que João Goulart (Jango) assumiria o país, mas com poderes reduzidos, uma vez que o Congresso Nacional resolveu, como manobra, instituir o parlamentarismo, a fim de impedir que Jango exercesse todo o poder de mandatário da República.

A partir deste momento, para João Goulart governar significou um complicado malabarismo político. Sua posse fora garantida pelas forças moderadas, que, através do regime parlamentarista, lhe abriam um crédito de confiança limitado, a ser renegociado diante de cada iniciativa do governo. O apoio decisivo lhe vinha dos sindicatos, das organizações de esquerda e dos políticos nacionalistas, todos pressionando o Presidente na direção de uma política de reformas sociais. Recuperar os poderes presidenciais e conquistar a confiança dos moderados, sem perder apoio das bases de esquerda, foram as metas que o Presidente se propôs. (HELENO, 2007, p. 58).

Em 1963, após realizar um plebiscito que colocava nas mãos do povo brasileiro a escolha do regime político que vigoraria no país, o presidencialismo é retomado e Jango passa a colocar em prática algumas ideias do seu partido, como o aumento do salário mínimo em mais de 50%, acatando também aumento salarial para o funcionalismo público em mais de 60%. Além disso, ele passou a ter como base as reformas sociais que seriam implementadas no tempo que restava do seu mandato. Uma delas, a reforma agrária,



passou a ser bandeira do governo, desagradando os grandes latifundiários e acirrando os ânimos da oposição, que não aceitava as reformas por ele propostas.

As medidas implantadas por João Goulart no país o aproximavam cada vez mais dos ideais de esquerda, o que gerou inúmeras reações negativas dos opositores, que acusavam o então presidente de tentar implantar no país um governo comunista nos moldes cubanos. Goulart enviou ao Congresso Nacional uma proposta de reforma agrária com desapropriação de terras improdutivas e pagamento de indenização de imóveis urbanos expropriados em títulos de dívida pública, mas o projeto foi rejeitado pelo Congresso e gerou grande resistência por parte dos grupos conservadores.

Sem conseguir aprovar no Congresso as reformas de base necessárias para dar continuidade ao seu programa de governo, Jango passou a fazer comícios para tentar mobilizar as massas populares e, com o apoio delas, ganhar força para aprová-las. No entanto, apesar de conseguir reunir grande número de pessoas, a crise política no país se aprofundava. Os moderados que antes apoiavam o governo passaram a fazer oposição. Grupos de militares de Juiz de Fora começaram a articular uma forma de destituir Jango do poder e iniciaram um processo denominado por eles de Revolução de 1964.

Em meio à crise política, Jango viajou para o Rio Grande do Sul, na tentativa de, reunido com Leonel Brizola, traçar caminhos para a superação desse cenário. Contudo, em meio à viagem, o oposicionista Auro de Moura Andrade declarou vaga a Presidência da República, abrindo as portas para a instalação do governo



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

militar, cujo primeiro presidente foi Castelo Branco. Iniciava-se, desse modo, um longo período de autoritarismo, com cassação de direitos políticos, fechamentos de sindicatos, demissão de funcionários públicos adeptos aos ideais de esquerda, supressão das liberdades individuais, exílios, perseguições e torturas. O regime militar durou 21 anos.

ANALISANDO OS DADOS

Reconhecemos três categorias levantadas, na revista *O Cruzeiro*, a respeito do discurso em defesa do golpe militar: 1) o golpe para assegurar a democracia; 2) o golpe para combater a ameaça comunista; 3) o golpe para salvar o Brasil do caos político e econômico. As duas primeiras categorias estabelecem uma forte relação entre si, visto que se via na implantação de um Estado comunista uma forma de extinguir os ideais democráticos da nação brasileira. Nesse caso, discursos que acusavam o comunismo de implantar regimes ditatoriais eram a tônica da defesa do golpe.

A partir da observação das regularidades presentes na defesa da tomada de poder pelos militares nessas revistas, é possível ver que o comunismo era considerado uma ameaça à ordem, à família e ao país. É nesse contexto que a figura do então presidente João Goulart passa a ser discursivizada. Ele é colocado como uma afronta à ordem social vigente e, por isso, precisava ser retirado do poder. Desse modo, as ideias progressistas de Jango – entre elas, a reforma agrária – desagradavam demasiadamente os membros da elite latifundiária que faziam, junto com veículos midiáticos, um duro boicote ao governo.



O GOLPE: ASSEGURANDO A DEMOCRACIA

Dentre os inúmeros discursos em defesa da tese golpista que podem ser identificados nas produções da revista *O Cruzeiro*, temos o que defende o golpe como uma forma de manter a estabilidade do regime democrático na nação brasileira. As publicações da revista, que incluíam reportagens, artigos de opinião e notícias, nos momentos finais começam a reproduzir de forma mais intensa o discurso de que o presidente da República passara a ser uma ameaça ao regime vigente, devido às suas declarações consideradas radicais, às suas supostas pretensões de continuar no poder e ao seu posicionamento cada vez mais ligado ao comunismo.

Em seguida, temos um trecho da reportagem “Por que Jango caiu”, a partir da qual iremos analisar a seguinte sequência discursiva: *A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis.*

Figura 1 – Trecho da reportagem “Por que Jango caiu”

A verdade é que, a partir do momento em que consolidou sua liderança esquerdista, o Senhor João Goulart foi radicalizando sua posição política e arrastou suas teses para os quartéis. Do outro lado, as forças oposicionistas passaram da tática política para a estratégia militar. Construiu-se, rapidamente, um poderoso dispositivo militar inicialmente defensivo, para evitar que o CGT, a UNE, a Frente Parlamentar Nacionalista, os comandos do Deputado Brizola, o Governador Miguel Arraes — o esquema da esquerda radical — pudessem dar solução prática às teses revolucionárias que defendiam.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 10 de abril de 1964, p. 3, ed. extra.



Em outros trechos da mesma reportagem, é possível ver a repetição de seqüências como essa, que apontam uma radicalização nas estratégias políticas do presidente Jango. A seqüência discursiva em destaque nos mostra um sujeito-jornalista interpelado por uma formação discursiva que permite certos dizeres a respeito das posições e estratégias políticas do presidente Jango – as quais, como dito, encaminhavam-se para um golpe de Estado cujos ideais eram de base comunista.

Logo de início, o uso da expressão “a verdade é que” dá o tom afirmativo para o que será dito posteriormente. É uma afirmação que não pode ser refutada, uma vez que o enunciador já a apresenta, de antemão, como verdadeira. Como discurso que é, esse dizer é atravessado por outros que o antecedem. Ao falar da consolidação da posição esquerdista na liderança do presidente com o uso dos termos “consolidou” e “liderança esquerdista”, o sujeito-jornalista traz, no interior dessa seqüência discursiva, as ideias associadas a dizeres anteriores e que estão inscritos na História, como aqueles que alegam líderes de esquerda serem uma ameaça ao país. Isso é fundamentado nos ideais de liberdade, uma vez que o pensamento de esquerda seria responsável, como era disseminado, pela queda da democracia de muitos países que eram governados por líderes de filosofia comunista, a exemplo de Cuba, que se desvencilhara das forças capitalistas dos Estados Unidos. De modo geral, a mídia tomava acontecimentos históricos que sucederam em outros países para perpetuar falas que tomavam os partidários da esquerda como criminosos, apátridas e déspotas.

A ideologia é constitutiva do discurso, visto que não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia e, como já



mencionamos aqui, é esta que interpela o indivíduo em sujeito – e é a formação discursiva que age regulando o que ele deve ou não dizer. O funcionamento da ideologia, no exemplo em questão, fornece as evidências para que o sujeito produza sentidos sobre socialismo, comunismo e esquerdismo, atribuindo a essas expressões um cunho antidemocrático. Ou seja, esse discurso indica o funcionamento da ideologia que afirma que modelos não democráticos são elementos centrais nos governos de esquerda, ficando isso ainda mais ressaltado pelo uso da forma verbal “radicalizando”. Ações radicais estão historicamente associadas aos ideais da esquerda e aos seus movimentos, que são vistos como atos repletos de intolerância e violência contra seus opositores. Desse modo, o uso da referida expressão retoma partes do interdiscurso que constituem e discursivizam o que é ser de esquerda.

Quando, no mesmo trecho, é dito que o senhor Jango “arrastou sua tese para os quartéis”, vemos que, nesse processo discursivo, o sujeito-jornalista apresenta antecipadamente representações imaginárias a respeito do presidente e de suas ações, exprimindo a ideia de que o próprio João Goulart estaria engendrando uma tomada de poder com o auxílio dos militares. A radicalização apontada pelo jornalista seria a justificativa plausível para que se suspeitasse dessa provável tomada de poder por intermédio dos militares. Desse modo, na sequência discursiva aí analisada, é como se o próprio João Goulart fosse responsável, ainda que indiretamente, por um possível golpe militar, devido a seus ideais de esquerda e suas articulações com o exército. Tais representações ou formações imaginárias resultam de processos históricos anteriores – visto que, em outros países, líderes políticos encontravam no exército o apoio e a força para instituir seus governos ditatoriais.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

Isso confirma o pensamento de Pêcheux (1997), quando diz que a percepção é sempre atravessada pelo “já dito” e pelo “já ouvido”, o que constitui a substância das formações imaginárias.

O GOLPE: COMBATE À AMEAÇA COMUNISTA

Essa categoria é um desdobramento da anterior, mas tem como princípio o argumento de que a tomada de poder pelos militares seria necessária para banir do Brasil a ameaça comunista. Enquanto a primeira estava ligada à ideia de que o golpe serviria como arma para assegurar a democracia no país, nessa a tônica é de que o golpe servirá para banir os ideais esquerdistas. Em muitas das publicações de *O Cruzeiro*, o pensamento comunista era apresentado como uma famigerada ideologia política, tendo caráter de doutrinação, além de, como era dito, ser uma maneira de se ensinar a subversão de forma técnica para a conquista do poder por uma minoria que buscava dominar uma maioria descuidada.

Na Figura 2 temos um fragmento do artigo de opinião escrito por David Nasser, que foi intitulado de “O grande mudo”, que fala da importância do Exército como instituição na luta contra os agentes comunistas e da distinção das suas funções no país com relação aos poderes Parlamentar e Judiciário. O articulista apresenta as Forças Armadas como a verdadeira voz democrática no país – apesar de ter ficado por um longo período em silêncio, daí o título do artigo – e que, ao contrário do que muitos poderiam pensar, estava mais viva do que nunca para cumprir os seus deveres patrióticos.



Figura 2 – Trecho de “O grande mudo”

TODOS nós, democratas, devemos considerar as Fôrças Armadas como a base de uma santa aliança contra a invasão comunista do Brasil. Não importa que se imagine o contrário. Não importa que este ou aquele general, este ou aquele coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da nacionalidade. No momento exato, veremos que não será necessário recorrer ao velho fuzil ou à garrucha enferrujada do civil assustado, do fazendeiro que defende a terra dos seus pais como quem defende os sete palmos de seu destino. Na hora absoluta da decisão, eles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: eles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal — as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias ou camponesas, como na terra de Fidel.

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 25 de abril de 1964, p. 7, ed. 0029.

Iniciando a análise, é importante destacar que o sujeito-jornalista se dirige ao leitor de forma bastante próxima, com o pronome “nós”, como se vê no trecho “Todos nós, democratas, devemos considerar as Fôrças Armadas como a base de uma Santa Aliança contra a invasão comunista no Brasil”. Ao usar o pronome “nós”, o sujeito-jornalista coloca-se com os leitores no lugar de defensor das Forças Armadas e contrário ao comunismo. A expressão “Santa Aliança” faz remissão a discursos de cunho religioso, que traziam a ideia de salvação pela fé. Assim, essa expressão é deslocada para a esfera política e, agora, metaforizada como a aliança que salvará o Brasil das garras do comunismo. Essa expressão também gera a oposição entre o que é santo – as “Fôrças Armadas” – e o que não é – o comunismo. Para



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

o apoio ao golpe, seria necessária uma unidade, um apoio sem levar em conta as possíveis contradições do movimento, conforme se pode observar na sequência: “Não importa que êste ou aquêle general, êste ou aquêle coronel, pareçam engajados na mesma aventura de destruição da nacionalidade”.

No trecho “Na hora absoluta da decisão, êles, os militares, não estarão defendendo apenas as propriedades rurais e urbanas, as liberdades públicas, os alicerces democráticos da Pátria: êles, os militares, estarão defendendo, contra o comunismo, que não é mais uma utopia, mas uma realidade brutal – as suas carreiras, pois sabem que, vencidos, serão trocados por milícias operárias, como na terra de Fidel”, a formação ideológica que aqui interpela o sujeito do discurso é a que toma o comunismo como uma ameaça à nação, da qual somente as forças militares poderão defender tanto a civis quanto a si mesmos. O sujeito-jornalista discursiviza uma espécie de transição dos ideais comunistas que vai da “utopia” à “realidade brutal”. A ideia do comunismo como utopia está ligada aos dizeres que veem nos princípios dessa ideologia algo inalcançável, que só pode funcionar nas teorias e livros de Marx, sem aplicação à realidade social. O adjetivo “brutal”, que é utilizado para caracterizar algo como violento ou agressivo, reforça o caráter arbitrário e tirano atribuído à liderança de Jango pela revista e indica as condições em que se encontraria a nação caso se instituísse um governo cujas bases se sustentassem no pensamento de esquerda.

De utopia, palavra que designa um sonho desejável, o comunismo passa a ser “realidade brutal”, expressão regulada por uma formação discursiva que o inscreve como uma ameaça iminente. Por meio do uso do adjetivo “brutal”, alude-se a que essa realidade seria evitada pelos dispositivos militares, reforçando a ideia da necessidade



de uma intervenção, a fim de que os militantes dos partidos ligados ao comunismo não pusessem em risco a vida do cidadão comum.

Os já-ditos sobre o comunismo que são repetidos nessa sequência apontam para uma formação imaginária que o configura como uma força contrária à instituição militar, principalmente quando fala que os soldados seriam substituídos por militantes e operários vencidos: “serão trocados por milícias operárias, como na terra de Fidel”. Observa-se disso que, nessa rede de memória que tece o interdiscurso e determina a formação discursiva que mobiliza os dizeres desse sujeito-jornalista, há algo pré-construído a respeito do que é o comunismo, como um movimento contrário à ordem e à estabilidade – que só podem ser asseguradas a uma nação por uma instituição militar, como o Exército.

O GOLPE: MEIO PARA SALVAR O BRASIL DO CAOS

O cenário político e econômico do governo Jango apresentado pela revista *O Cruzeiro* é o que podemos considerar como bastante caótico. Entre os principais fatores desse cenário caótico estavam os conflitos do homem do campo com os grandes proprietários, resultantes da luta pela reforma agrária. A situação era considerada uma verdadeira bomba-relógio; a qualquer instante poderia ser deflagrada uma verdadeira guerra civil entre camponeses e latifundiários. Eram noticiadas inúmeras denúncias de que armas estavam sendo fornecidas aos trabalhadores rurais com o consentimento do governo, para que eles pudessem invadir as propriedades e se apossar das terras.



Em Brasília, a situação não era menos complicada; a tensão entre os poderes Executivo e Legislativo era tida como inconciliável. Em *O Cruzeiro*, o presidente da República era acusado de querer ferir a própria Carta Magna, passando por cima da Constituição para aprovar as reformas propostas pelo seu governo. Diante disso, a instituição mais estável no país, como discursiviza a revista, eram as Forças Armadas, como mostraremos a partir dos excertos de outros textos presentes em suas publicações.

Figura 3 – Trecho de “Três candidatos contra o governo”

e invadidos. Não há dúvida de que o essencial para esse choque, pelas informações, existe: armas e munições, sobretudo em mãos de proprietários. Nas hipóteses configuradas, imagina-se então a de um convulsionamento de ordem nacional, pelo menos cem focos de invasão, representando um quadro de “comoção intestinal”. De imediato, raciocinam os líderes (agora do Governo e da Oposição) o remédio a ser aplicado seria o do “estado de sítio”, senão a intervenção federal naqueles pontos convulsionados. Mas, pelo que já se viu, sendo o Congresso Nacional uma barreira a tais medidas, a providência resultaria nula por deliberação do Congresso Nacional.

Para onde se marcharia então? — perguntam todos.

O Exército, em primeiro lugar, pelas informações dadas, traçou uma linha (sem dúvida admitida pelas duas outras Armas — Marinha e Aeronáutica): manutenção a qualquer custo da legalidade, entendendo-se por legalidade o quadro total da constitucionalidade, a intangibilidade dos três Podêres da República. Mas, pelas informações, nos diálogos entre militares e políticos há um limite aos raciocínios, quando se levanta a hipótese de não refluir o convulsionamento

Fonte: Revista *O Cruzeiro*, 21 de março de 1964, p. 46, ed. 0024.



O recorte anterior foi retirado da seção de notícias sobre política e tem como título “Três candidatos contra o governo”. O texto começa apresentando uma sequência de acontecimentos que ocorreram em Minas Gerais, os quais põem em xeque a aprovação do governo por parte de alguns setores da sociedade mineira e de todo o país: os conflitos entre os representantes da Superintendência da Política Agrária (Supra) e os habitantes locais, e a tentativa de impedir o comício de Leonel Brizola e seus acompanhantes, num episódio que a revista chamou de “A guerra das cadeiras”, entre outros.

O quadro geral apresentado é de total resistência às reformas propostas pelo governo, embora exista, como explica a revista, a possibilidade de o presidente utilizar seus próprios meios para a implementação delas, o que traria consequências ainda maiores. Diante desse turbilhão, “Para onde se marcharia então?” é a pergunta feita após a série de relatos apresentados.

Pêcheux (1997) mostra-nos que os dizeres não são simples mensagens a serem decodificadas, como poderia parecer no caso de uma mensagem transmitida por uma notícia jornalística. Eles são, antes de qualquer coisa, efeitos de sentidos, os quais são produzidos em determinadas condições. Deixam pistas que devem ser detectadas para se compreender os sentidos por eles gerados. No caso de um enunciado como esse, os sentidos que são gerados por meio deles têm a ver com o que ali é dito, com o que é dito em outros lugares, com o que não é dito e, inclusive, com o que poderia ser dito, mas não foi. O enunciado produz a pergunta “Para onde se marcharia então?”; esse é o dito; contudo, o uso do verbo “marcharia” nos faz atentar para os não ditos e os implícitos. O uso da palavra em destaque, o verbo no futuro do pretérito, remete a uma ação que está ligada ao contexto do militarismo. Tal dizer relaciona-se às condições de produção que envolvem os sujeitos



da situação em que foi produzido esse discurso. De acordo com Orlandi (2012), as condições de produção podem se referir tanto ao contexto imediato – ou seja, às circunstâncias da enunciação – quanto, de modo mais amplo, ao contexto sócio-histórico e ideológico.

No exemplo anterior, o contexto imediato é a notícia; o suporte, a revista *O Cruzeiro*; os sujeitos são os que assinam a notícia; os leitores, um público da classe média, em sua maioria; o cenário é o momento político pelo qual passa o Brasil. O contexto amplo é a forma como se estrutura a sociedade brasileira, os modos e organização de seu poder político, as representações que se fazem das instituições. Somada a isso, temos a História, que associa o Exército à estabilidade e à segurança. Ou seja, esse dito pressupõe, entre outras coisas, que existe aí muito mais que uma pergunta, mas uma sugestão mobilizada pela ideia de segurança e estabilidade que a História mostra haver nas forças militares.

Após a pergunta, seguem os dizeres: “O exército, em primeiro lugar, pelas informações dadas, traçou uma linha [...] manutenção a qualquer custo da legalidade [...]”, o que corrobora a referência à instituição militar como mencionamos anteriormente. Ademais, vemos que a formação discursiva que regula tal dizer representa as posições ideológicas que interpelam o sujeito-jornalista produtor dessa notícia, pelo qual se entende que o Exército é aquele que de fato vai agir dentro da legalidade “a qualquer custo”, em respeito à Constituição e à “intangibilidade dos três poderes”, diferentemente do presidente, que pretende passar por cima dessas instâncias caso julgue necessário.

Contudo, no decorrer da notícia, a própria revista relata que o Exército faz críticas específicas à incapacidade do Poder Legislativo de formular soluções legais mais conciliatórias entre os envolvidos



na reforma agrária, além de criticar o conservadorismo do Judiciário e a limitação do presidente para lidar com pontos importantes da Constituição. Ao apontar tais críticas desferidas pelo Exército aos Três Poderes, após ter mencionado que a instância militar era a única que havia decidido manter a legalidade, *O Cruzeiro* mostra que as Forças Armadas tinham seu próprio posicionamento com relação ao quadro político, o que poderia significar uma intervenção, a fim de intermediar os referidos impasses políticos.

PALAVRAS FINAIS

O trabalho ora apresentado buscou analisar como se deu a discursivização do golpe militar em matérias e reportagens jornalísticas publicadas pela revista semanal *O Cruzeiro* nos momentos que antecederam esse acontecimento, um dos eventos que mais marcou a história sociopolítica do Brasil. Ainda que passados mais de 50 anos, debruçar-se sobre ele e as ações que o geraram é de grande relevância para compreender a história do país e muitos dos acontecimentos que se têm desenrolado em dias atuais.

Falar sobre essa questão não é uma tarefa simplória, muito menos atrelar tal temática aos discursos produzidos por um veículo de imprensa. Contudo, por meio desta breve análise, pudemos tecer algumas considerações sobre as categorias em defesa do golpe militar, aqui sistematizadas, bem como o processo de discursivização delas na revista *O Cruzeiro*.

Entre os discursos em favor do golpe militar, notamos que alguns se repetiam com maior frequência, como aquele que o via,



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

por meio de uma intervenção militar, como uma forma de manter a democracia na sociedade brasileira. A revista, por diferentes gêneros discursivos, falava das pretensões continuístas do governo Jango em detrimento das eleições que se aproximavam.

Outra questão que também estava sendo problematizada era a disseminação do comunismo no Brasil, o que para a revista significava um risco para os cidadãos brasileiros, sobretudo para os jovens que, de acordo com relatos da revista, eram o alvo principal dos doutrinadores da filosofia de Marx. Além dos motivos mencionados, as práticas discursivas da revista mostravam que a intervenção militar traria ao país a estabilidade que o governo Jango, segundo ela, havia perdido, mergulhando o Brasil no caos político, econômico e social.

Tais discursos revelam as posições ideológicas defendidas em *O Cruzeiro*, as quais não eram favoráveis ao governo de João Goulart por ele ser um líder de esquerda. Este estudo, por intermédio da Análise de Discurso, fez um percurso histórico que nos permitiu compreender como esse meio de comunicação apresentou aos seus leitores aquele momento ímpar da sociedade brasileira, fazendo-nos refletir sobre as práticas de linguagem do passado que, por vezes, se repetem no presente.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.



BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 1986.

HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisando as memórias de Clodesmidt Riani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ANTÔNIO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO: UMA ANÁLISE DA SUA IMAGEM EM JORNAIS DA ÉPOCA

Ilza Carla Reis de Oliveira
Carla Luzia Carneiro Borges
Gilberto Nazareno Telles Sobral

Há 120 anos, o Brasil travava uma luta consigo mesmo. Estava em plena efervescência a chamada Guerra de Canudos, na qual dois Brasis combatiam entre si: de um lado, o Exército republicano, que dizia defender o novo regime, comandado pelos interesses das elites do Brasil litorâneo; de outro, quiçá esquecido e escondido nos recônditos sertões desse mesmo Brasil, os conselheiristas, como ficaram conhecidos os que integravam o movimento sociorreligioso de Belo Monte liderado por Antônio Vicente Mendes Maciel.

Ressaltamos que trazer a figura central de Antônio Conselheiro não significa considerar o sujeito individual, em sua identidade una, como conselheiro, mas seu lugar nessa posição-sujeito, de representante de um Brasil dos sertões em confronto com o Brasil litorâneo. Na verdade, colocamos em cena o país como um espaço de luta, no qual o sujeito, em sua historicidade, encontra-se assujeitado às ideologias, nos termos pecheutianos, submetido a relações de força advindas de outra posição-sujeito: a representada pela voz dos



jornais. Encontram-se em confronto duas formações discursivas que apresentam o “Brasil dos recônditos sertões” em contraposição ao “Brasil litorâneo”.

A imprensa nacional – de modo particular, a baiana – constituiu-se como um espaço privilegiado pelo qual foram veiculadas diversas notícias sobre Antônio Conselheiro e seus seguidores, desde os tempos de peregrinação do líder religioso, por volta de 1874, até a fundação do arraial de Belo Monte, em 1893, culminando no combate entre republicanos e conselheiristas conhecido como a Guerra de Canudos (1896-1897). Considerando-se as imagens atribuídas pelos jornais a si próprios e, principalmente, ao Conselheiro, e o modo como elas produziram efeitos de sentido capazes de interferir nos fatos transcorridos em torno do movimento de Belo Monte, neste trabalho, fruto da pesquisa *Antonio Conselheiro pelo olhar do outro e por ele mesmo: uma análise discursiva da (des)construção de sua imagem*, analisamos o jogo de imagens presentes no discurso jornalístico – dos sujeitos entre si e do referente (Antônio Conselheiro) – e as condições de produção que constituem esses discursos. Nas análises que ora apresentamos, têm-se como *corpus* duas notícias veiculadas pelos jornais da época: uma do sergipano *O Rabudo*, o primeiro a fazer referência à figura de Antônio Conselheiro, em 1874, e outra do *Diário da Bahia*, de 27 de junho de 1876. Para tanto, apoiamos-nos na ideia de formações imaginárias, assim como nas noções de antecipação e condições de produção do discurso, apresentadas por Pêcheux no contexto da Análise de Discurso (AD) francesa.

Desse modo, almejamos refletir sobre como o jogo de imagens dos sujeitos protagonistas do discurso e do objeto discursivo ao qual fazem referência – nesse caso, Antônio Conselheiro – funcionou no processo discursivo, considerando-se as suas condições de produção,



culminando na projeção de uma imagem negativa do Conselheiro, visto como fanático e criminoso.

Em virtude de serem muitos os jornais que fizeram referência ao líder conselheirista desde suas primeiras andanças pelo sertão, realizando suas prédicas e construindo e reformando igrejas e cemitérios, até a guerra ocorrida entre novembro de 1896 e outubro de 1897, aqui selecionamos dois deles para análise, com o objetivo de ilustrar como se deu essa representação por meio da mídia jornalística: a primeira notícia que faz menção a Antônio Conselheiro, quando ainda era conhecido por Antônio dos Mares, publicada em 22 de novembro de 1874 pelo jornal sergipano *O Rabudo*; e a notícia publicada dois anos depois pelo jornal *Diário da Bahia*, em 27 de junho de 1876.

FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS: REVISITANDO O CONCEITO PECHEUTIANO

A AD surge na França, no final dos anos 1960, com o linguista Jean Dubois e o lançamento da revista *Languages*; e com o filósofo Michel Pêcheux, em 1969, a partir da publicação do seu texto “Análise automática do discurso”. Pêcheux coloca em cena o discurso como objeto de análise numa perspectiva diferente das práticas vigentes e desenvolve um questionamento crítico em torno da Linguística. Diferente de Dubois, ele não pensa a instituição da AD como um progresso natural permitido pela Linguística. Para ele, a AD exige uma ruptura epistemológica que coloca o estudo do discurso em um terreno no qual intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito.



Desse modo, surge a AD de linha francesa sob a égide do estruturalismo, estabelecendo uma “tríplice aliança”, numa articulação entre a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Rompendo com os postulados da Linguística Clássica e propondo-se a um estudo linguístico das condições de produção de um enunciado, Pêcheux (1990) apoiou-se em três campos teóricos: 1) o materialismo histórico, para explicar os fenômenos das formações sociais; 2) o estruturalismo linguístico de Saussure, para elucidar os processos de enunciação; e 3) a Psicanálise, para tratar da subjetividade e da relação do sujeito com o simbólico.

Em “Análise automática do discurso”, seu texto fundante, Pêcheux (1990), inicialmente, trata das relações de proximidade entre a Linguística e a Análise de Conteúdo e ressalta o importante papel de Saussure e do *Curso de Linguística Geral* ao realizar o deslocamento conceitual para “[...] separar a homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem” (PÊCHEUX, 1990, p. 61). O autor afirma que, antes da perspectiva saussuriana de estudo da língua enquanto sistema, o que se entendia por “estudo da língua” era o mesmo que estudar o texto, e critica as motivações para esse estudo, como as questões “[...] o que esse texto quer dizer? Quais as ideias que estão contidas no texto?” (PÊCHEUX, 1990, p. 61). Portanto, nas bases que formulam a AD, o filósofo parte de Saussure e concorda que a língua é um sistema, mas discorda dele ao criticar a ideia de ser a língua um sistema a-histórico, assim como critica a dicotomia saussuriana *langue* × *parole* e a concepção de sujeito livre e autônomo.

Do legado do materialismo histórico, a AD postula que há um real da História que age sobre a produção dos sentidos emanados do discurso, ou seja, é da conjugação da língua com as formações



sociais e históricas que se apreende o discurso. A língua, portanto, não é mais tomada apenas como estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento em que o sujeito é afetado pela História. Ao tratar das filiações teóricas que serviram de base para a constituição da AD, Orlandi (2002, p. 20) afirma:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Assim sendo, a AD tem por objetivo o estudo da língua no âmbito dos processos da produção dos sentidos que permeiam o discurso, observando o sujeito e o contexto sócio-histórico no qual ele está inserido – sendo o primeiro concebido não mais como aquele que tem controle sobre o que diz, mas como sujeito clivado por outros discursos, afetado pelo inconsciente e pela ideologia e sem ter o controle sobre o modo como estes o afetam. Orlandi (2002) afirma ainda que a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social; e que essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do ser humano e da realidade à sua volta.

Ao refletir sobre os processos de significação e as condições sócio-históricas da produção do discurso, a AD o compreende como



efeito de sentido produzido na relação entre sujeitos e sua exterioridade. Ao considerar os processos e as condições de produção desses discursos, afirma que os sentidos não estão no ou por trás de um texto, mas seu objetivo é compreender como esses discursos funcionam, por que funcionam de determinada forma e não de outra e como emergem os sentidos a partir desse funcionamento. Dessa maneira, com a finalidade de compreender como funciona o discurso – e não simplesmente interpretá-lo, não tirar dele um sentido, mas atribuir-lhe sentidos –, a AD se estabelece como uma teoria crítica que trata dos sentidos condicionados a questões históricas, sociais e ideológicas.

Em seu texto de 1975, publicado em parceria com a linguista Catherine Fuchs, Pêcheux propõe realizar uma revisão crítica do seu trabalho de 1969, na tentativa de “[...] eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não resolvidas” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 163), a fim de estabelecer uma melhor reflexão na relação entre a Linguística e a Teoria do Discurso. Para tanto, esses autores apoiam-se nos estudos de Althusser, o primeiro a formular a noção de interpelação do sujeito. Na década de 1960, autores como Lacan, Derrida e Foucault propunham modificações também acerca dessa noção. Porém, diferente dos demais, Pêcheux concebe a noção de sujeito como ideológico, e não como sujeito da linguagem. Nessa noção, mesmo o sujeito acreditando ser a origem do dizer e ter total liberdade sobre seu discurso, supondo determinar os sentidos, é ele determinado por sua historicidade e por sua relação com os já-ditos, processo denominado “assujeitamento”:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do discurso como



sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 165, grifo do autor).

Para os autores, portanto, o sujeito é assujeitado à língua e à História, pois é afetado por elas, e sob tais condições é que produz sentidos. Dessa forma, não é possível conceber a linguagem na sua literalidade e isolada da ideologia, uma vez que não há um sentido prévio, mas sentidos instituídos historicamente na relação do sujeito com a língua. Consideramos, portanto, que não é no dizer em si mesmo que o “sentido” está constituído; ao contrário, é preciso adequá-lo às condições em que um discurso é produzido.

É assim que Pêcheux e Fuchs (1990) introduzem outras duas noções fundamentais para a AD: formação ideológica e formação discursiva. Dentro do que preconiza a AD de linha francesa, por surgir das relações ideológicas entre os sujeitos, os discursos materializam as visões de mundo, ou seja, as ideologias deles. Logo, as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito a partir de dada posição numa conjuntura social. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1990, p. 167), “[...] toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas”. Além disso, o indivíduo, interpelado por uma ideologia e assumindo uma posição-sujeito, produz seus dizeres numa relação com os discursos que o perpassam. Isso ocorre naturalmente, sem que necessariamente se tenha consciência dessa relação, já que ela acontece no nível do inconsciente.



Como já dissemos, partindo da compreensão de que todo discurso emana de condições de produção específicas e é direcionado a um interlocutor – ou a um conjunto de interlocutores –, a AD concebe-o como a materialização do ideológico, pois é por meio dele que o homem se mostra enquanto ser social reproduzidor da realidade na qual está inserido. Contudo, para compreender o que é uma formação discursiva, ainda é preciso recorrer ao que envolve a produção do discurso. Pêcheux (1990, p. 74) define o processo de produção do discurso como “[...] o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”, em que essas circunstâncias são as condições de produção.

Mais adiante, ao enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção, o autor menciona que elas dizem respeito também ao jogo de imagens entre os sujeitos e dos objetos do discurso, que resultam em lugares determinados na estrutura de uma formação social (PÊCHEUX, 1990, p. 82). Para o filósofo, todo processo discursivo contém essas formações imaginárias, ou seja, a imagem que os sujeitos fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, assim como do objeto do discurso. Em sua obra, esse jogo de imagens está assim exposto:

$I_A(A)$: Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A – “Quem sou eu para lhe falar assim?”

$I_A(B)$: Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A – “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”

$I_B(B)$: Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B – “Quem sou eu para que ele me fale assim?”



$I_B(A)$: Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B – “Quem é ele para que me fale assim?”. (PÊCHEUX, 1990, p. 83).

Ainda segundo o autor, essas relações imaginárias, que representam a posição dos protagonistas no processo discursivo, intervêm nas condições de produção do discurso, visto que essas posições implicam também uma antecipação por parte do produtor do discurso em relação ao outro, sobre o qual se fundamenta a prática discursiva.

Para Orlandi (2002), as condições de produção funcionam mediante as relações de sentido e de força, além do mecanismo de antecipação. As relações de força dizem respeito ao lugar a partir do qual o sujeito produz seu discurso, pois esse lugar é constitutivo do que ele diz. Por essa razão, também, diz a autora, os sentidos não estão nas palavras em si, mas na sua relação com outros discursos anteriores ou posteriores, bem como têm relação direta também com o lugar que esses sujeitos ocupam. Há, assim, o mecanismo de antecipação, segundo o qual:

[...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se, assim, a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI, 2002, p. 39).

Porém, além de as imagens que os protagonistas do discurso fazem de si e do outro intervirem nas condições de produção do discurso, também, segundo Pêcheux (1990, p. 83, grifo do autor), o referente



integra do mesmo modo as condições de produção. Mas o autor lembra que se trata, na verdade, de um “*objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física”, assim por ele representado:

$I_A(R)$: “Ponto de vista” de A sobre R – “De que lhe falo assim?”

$I_B(R)$: “Ponto de vista” de B sobre R – “De que ele me fala assim?”. (PÊCHEUX, 1990, p. 84).

Esses aspectos podem influenciar e direcionar diretamente o jogo discursivo, pois o sujeito leva em consideração ser o interlocutor de seu discurso passível de adesão, indeciso ou absolutamente contrário aos seus argumentos. Essa capacidade de antecipar-se aos efeitos de seu discurso é fundamental no processo discursivo.

A IMAGEM DE ANTÔNIO CONSELHEIRO PROJETADA PELOS JORNAIS

Após construirmos um breve percurso teórico acerca do conceito de formação imaginária e das condições de produção de um discurso, procederemos à análise do *corpus* que, como já dissemos, é constituído de duas notícias publicadas pelos jornais *O Rabudo*¹ e *Diário da Bahia*,²

¹ As leituras de Calasans (1997) indicaram o possível caminho para encontrar os originais dessa notícia. Segundo o historiador, o jornal estaria arquivado em biblioteca da capital sergipana. Coube-nos a missão de descobrir em qual delas e em que condições se encontrava. Felizmente, encontramos a edição de 1874 publicada por *O Rabudo* já digitalizada, em *fac-símile*, na Biblioteca Pública Epifânio Dória, em Aracaju, a qual nos disponibilizou o arquivo, assim como outras edições do mesmo jornal.

² Calasans (2000-2002), em seu artigo “Notícias de Antonio Conselheiro”, publica várias notícias acerca de Conselheiro, entre as quais se encontra a do Jornal *Diário da Bahia* escolhida para compor o *corpus* desta pesquisa.



respectivamente em 1874 e 1876. Iniciaremos analisando $I_A(A)$, ou seja, a imagem do lugar desses jornais acerca deles próprios. Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 83): “Quem sou eu para lhe falar assim?”

Especificamente acerca dos dois jornais que compõem o *corpus* deste trabalho, não encontramos muitas informações. Sobre *O Rabudo* não constatamos muita coisa, uma vez que deixou de ser editado há algum tempo. Sabemos apenas ser de Estância/SE e o primeiro a fazer menção a Antônio Maciel, antes mesmo de ser conhecido pela alcunha de Conselheiro. Sabemos também que se tratava de um semanário satírico, “periódico crítico, chistoso, anecdótico e noticioso”, conforme ele mesmo se apresenta em sua primeira página. O semanário dedicou quase metade de suas quatro páginas da edição de 22 de novembro de 1874 para noticiar a suspeita de crime cometido pelo peregrino, das quais destacamos as quatro seqüências discursivas (SD)³ seguintes:

Quadro 1 – SD retiradas do jornal *O Rabudo*

SD 1	A bons seis meses que por todo o centro desta e da Província da Bahia, chegado, (diz elle), da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apelida por Antonio dos Mares: o que, avista dos aparentes e mentirosos milagres que disem ter ele feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares.
------	---

³ Tendo em mente que o trabalho de delimitação e de recortes da materialidade linguística que constituirá o objeto de análise já é, em si, um primeiro trabalho de análise, optamos por apresentar os textos das notícias agrupados em seqüências discursivas, representadas pelas iniciais SD e numeradas de acordo com a ordem em que aparecem nos referidos textos. Os recortes feitos nas notícias que compõem o *corpus*, conforme ressalta Orlandi (2001, p. 139), constituem “uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação”, e não simplesmente uma segmentação da língua.



SD 2	Esse misterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul, que lhe serve de habito a forma de sacerdote, pessimamente suja, cabelos mui espessos e sebosos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bichos (piolhos). Distingue-se ele pelo ar misterioso, olhos baços, tez desbotada, e de pés nús; o que tudo concorre para o tornar a figura mais degradante do mundo.
SD 3	Pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela autoridade da palavra do FR. S Antonio dos Mares moderno.
SD 4	Dizem que elle não teme a nada e que estará a frente de suas ovelhas. Que Audácia! O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; já tendo se dado casos de pegarem em armas para defende-lo.

Fonte: Elaborado pela autora Ilza Carla Reis de Oliveira.

O sujeito discursivo, como preconiza a AD, não diz respeito ao indivíduo que escreve a notícia, mas à identificação deste com uma forma-sujeito ao ser interpelado por uma formação ideológica. Assim, as imagens que os sujeitos têm de si são resultantes de suas projeções no discurso, as quais lhes permitem passar da situação empírica para as posições de sujeitos no discurso, isto é, de quem é responsável por informar o cidadão acerca dos “fatos” – nesse caso, a ameaça causada pelo séquito do “Antonio dos Mares”. Assim, é possível perceber que a imagem do lugar do jornalista para o sujeito que ocupa essa posição na enunciação é a de quem se preocupa com a ordem pública, ao reivindicar que “esse homem” seja “capturado”, a fim de se evitar os males que o “Antonio dos Mares moderno” e o “povo fanático” que o segue podem causar ao ainda governo imperial (SD 3).

Apesar de ser caracteristicamente um jornal satírico, nessa edição há um possível rompimento desse tom para instaurar o de



seriedade, de modo a conferir autoridade à notícia – o que se observa na SD 3, na qual se exige que providências sejam tomadas pelas autoridades para a captura de Antônio dos Mares. Tal aspecto acaba por conferir a si uma imagem de veículo que cumpre seu papel de informar sobre algo sério. No entanto, seu caráter “chistoso”, isto é, espirituoso, parece esconder um humor satírico.

Tratemos agora do outro periódico, o *Diário da Bahia*, que era, assim como os jornais de sua época, caracteristicamente opinativo. Aliás, a maioria dos jornais baianos nesse período pertencia a setores políticos e funcionava como porta-voz de grupos oligárquicos, o que explica apresentarem, em suas notícias, Antônio Conselheiro como fanático e subversivo, visto que ele arrebanhava vários seguidores, muitos deles trabalhadores dos grandes latifúndios pertencentes aos coronéis da região, o que preocupava as autoridades políticas e religiosas. Por essa razão, ao analisarmos as notícias dessa época, percebemos, em sua maioria, uma regularidade discursiva – uma vez que representavam interesses comuns, ao menos no que se refere ao tema Canudos. Vejamos a notícia publicada pelo referido jornal em 27 de junho de 1876, momento em que os periódicos baianos começavam a se ocupar do assunto:

Quadro 2 – SD retiradas do jornal *Diário da Bahia*

SD 5	Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um individuo que se diz chamar-se Antônio Maciel [...]
SD 6	[...] e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponeses.



SD 7	Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia.
SD 8	Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões [...]
SD 9	Revela-se homem inteligente mas sem cultura.
SD 10	Esse misterioso, que dizem viera do Ceará e tem percorrido nosso centro, acaba de ser preso pelo delegado de polícia de Itapicuru e é aqui esperado nestes dias, pois foi uma escolta para conduzi-lo.
SD 11	Se Antônio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tártufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura.

Fonte: Elaborado pela autora Ilza Carla Reis de Oliveira.

As SD 5, 8 e 10 – nas quais o jornal utiliza as expressões “diz chamar-se”, “diz serem professoras” e “que dizem viera do Ceará” – parecem supor que o veículo tem de si uma imagem de imparcialidade, como sendo apenas porta-voz do “que se diz” acerca de Antônio Conselheiro, eximindo-se de responsabilidade. Da mesma forma que o jornal sergipano, que dois anos antes já divulgava o perigo que representava Conselheiro, o periódico baiano reforça esse discurso, inclusive mencionando a prisão do líder religioso – o que também faz crer que o jornal tinha uma imagem de si como um veículo de informação que cumpre a função de zelar pela manutenção da ordem pública e pela segurança dos “camponeses ignorantes e simples”, sobre os quais o Conselheiro se impunha com seus “costumes ascéticos” (SD 6).

Passemos, então, à análise $I_A(R)$, ou seja, ao ponto de vista de A sobre R – o referente, que nesse caso é Conselheiro –, uma vez que o nosso objetivo principal é verificar a imagem que os jornais tinham de Antônio Conselheiro. Como já dissemos, Pêcheux (1990) afirma



ser o referente do discurso apenas um objeto imaginário, isto é, o ponto de vista de quem produz o discurso. Assim, podemos dizer que as duas notícias falam de pontos de vista semelhantes, ou seja, apresentam Conselheiro como fanático e perigoso.

Retomemos a notícia de *O Rabudo*, na qual Antônio Conselheiro é qualificado como um indivíduo assustador. Ela produz efeitos de sentidos que remetem a duas categorias de representação do referente: uma que está relacionada à aparência física e outra que diz respeito aos aspectos morais do líder religioso. O jornal define-o como um falso beato, um “aventureiro santarrão” – isto é, aquele que simula uma falsa santidade –, além de mentiroso, ao insinuar que os supostos milagres narrados tinham o intuito de ludibriar as pessoas, conforme se observa na SD 1. A notícia apresenta-o ainda como “o ser mais degradante do mundo” e utiliza de diversas expressões que fazem referência à sua aparência física – “camisa azul pessimamente suja”, “cabellos sebosos”, nos quais se vê uma “espantosa multidão de bichos (piolhos) etc.”, como se lê na SD 2.

Ainda na SD 2, a notícia utiliza as expressões “misterioso” – fazendo emergir a imagem de alguém em quem não se pode confiar – e “degradante” (isto é, desprezível), que reforçam a descrição física e moral do Conselheiro. Mais adiante, adjetiva-o como audacioso e que nada teme (SD 4) e pede providências às autoridades, sugerindo que ele seja “capturado e levado a presença do Governo Imperial” (SD 3).

Buscando ultrapassar a superfície linguística, o que se observa é que o sujeito discursivo se filia a uma formação discursiva que, por sua vez, se enquadra numa formação ideológica, segundo a qual a aparência física é um elemento definidor do caráter de uma pessoa. Com base nas descrições dos traços físicos, projeta-se uma imagem



de um indivíduo que não merece crédito – pelo contrário, levanta suspeitas sobre sua índole. Observa-se, ainda, que a imagem projetada do Conselheiro é a de quem usa a religiosidade das pessoas para exercer autoridade sobre elas. Essa criteriosa descrição parece ter sido decisiva para a construção da imagem do líder, tendo se tornado uma espécie de regularidade discursiva em torno do beato.

Tomemos o *Diário da Bahia*, o qual, apenas dois anos depois, também é muito enfático na imagem que faz do Conselheiro, no que se refere tanto à aparência quanto à sua moral. Inicialmente, exibe-o apenas como “indivíduo” (SD 5), termo que pouco diz sobre ele. No entanto, outras expressões posteriores, como “exterior misterioso” e “costumes ascéticos”, presentes na SD 6, fazem erigir a imagem de um sujeito fora dos padrões esperados para aquela sociedade, reforçada pela descrição de traços físicos do Conselheiro apresentadas mais adiante no texto da notícia (SD 7).

As expressões empregadas pelo jornal afastam-no da linguagem objetiva que, teoricamente, é esperada e aproxima-o de uma mais carregada de subjetividade, a exemplo do uso do vocábulo “múmia”, conferindo aos dizeres uma carga semântica que produz efeitos de sentido. O termo “múmia”, nesse caso, ao mesmo tempo em que parece apontar mera descrição da aparência física do peregrino, indica que o jornalista, ao enunciar dessa forma, mais ou menos inconscientemente, tem a ilusão de que essa seria a forma ideal de dizer o que diz. Esse “efeito de ocultação” é o que Pêcheux e Fuchs (1990, p. 176) denominam esquecimento nº 2.

Conforme os autores,

[...] diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas



quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito”. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 175).

Nesse sentido, o termo “múmia” funciona discursivamente e aponta a posição do sujeito jornalista, pois ele poderia ter enunciado de muitas outras formas se quisesse qualificá-lo como homem magro, por exemplo. Esse trecho da notícia demonstra o quanto o ponto de vista que o sujeito tinha acerca da aparência física do Conselheiro retoma “já-ditos”, isto é, integra o interdiscurso em torno do peregrino; e que esses “já-ditos”, por sua vez, são retomados em outros discursos constituídos a partir de outras notícias e artigos publicados a respeito do beato, assim como na literatura, nos quais geralmente se via o peregrino como um tresloucado que iludia os crentes ignorantes.

Em outro excerto da notícia, o líder religioso é caracterizado como aquele que não merece crédito e que exerce “grande influência no espírito das classes populares”, impondo-se “à ignorância e simplicidade de nossos camponeses” (SD 6). A notícia apresenta-o ainda como inteligente, mas sem cultura (SD 9), o que parece paradoxal. O possível efeito de sentido desses dizeres pode ser de que essa inteligência do líder está no fato de ele ter consciência do alto grau de religiosidade do povo sertanejo, por meio do qual conseguiu reunir uma multidão de seguidores. Porém, tais enunciados funcionam para geração de outros possíveis sentidos, pois sublinham o ponto de vista do sujeito jornalista. Assim, notamos que, ao afirmar ser o Conselheiro um indivíduo sem cultura, o sujeito discursivo o faz interpelado por uma ideologia que considera cultura apenas o que está



dentro dos parâmetros europeus, ou seja, entre o que é valorizado pelas elites brasileiras, radicadas no litoral do país.

Temos em mente que, “[...] do ponto de vista da análise de discurso, a prática linguística aparece como uma primeira fase absolutamente indispensável”, porém insuficiente, posto que o resultado incide no objeto sócio-histórico, sobre o qual a superfície linguística “[...] intervém como pressuposto” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 188). Caso tomemos a conjunção condicional “se”, presente na SD 11, perceberemos que ela funciona discursivamente como elemento construtor da imagem do Conselheiro, pois condiciona-o ora como um “hipócrita”, um “tártufo” – isto é, um beato enganador, que se aproveita da boa-fé das pessoas –, ora como fanático que age irracionalmente e, portanto, precisa ser contido; ou, ainda, como criminoso, uma vez que se encontrava em poder da polícia. De uma forma ou de outra, a imagem projetada pelo sujeito discursivo é a de que as autoridades precisam tomar providências. Destacamos, com isso, que as marcas linguísticas funcionam como geradoras de sentidos e indicam a posição discursiva do jornal.

Essa imagem, aliás, ao lado daquela de um bandido e monarquista, é a que perdura na imprensa baiana e nacional nos anos que se seguem, à medida que Antônio Conselheiro ganha mais popularidade e mais seguidores. Já na década de 1880, cresceu o seu prestígio e se agravaram suas relações com os padres, os proprietários rurais e as autoridades policiais (NOGUEIRA, 1997, p. 23). Depois de instaurada a República, o governo via em Canudos uma ameaça e Conselheiro configurava-se como mais um revoltoso contrário ao regime, como alguém que intentava criar outro Estado dentro do Estado. O massacre fazia-se necessário para conter a ação do peregrino, cortando o mal pela raiz.



O que se observa na maior parte das notícias publicadas sobre Conselheiro e seus seguidores nas duas décadas seguintes, até o final do combate em Canudos, segundo Galvão (1994) e Alves (1997), é que esse discurso se mantém. O jogo de imagens construído é o que Orlandi (2002) define como processo parafrástico no discurso, em que a paráfrase é o processo pelo qual em todo dizer há algo que se mantém – o dizível e a memória –, produzindo diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. Como se vê nos trabalhos de Calasans (1997), Alves (1997), Galvão (1994) e Novais Filho (2012), a maior parte dos jornais, nos anos seguintes, reproduzia o discurso com base na imagem de Conselheiro e seus seguidores sendo fanáticos alienados.

Posteriormente, como forma de justificar o uso das forças militares, esses mesmos jornais apresentaram o movimento de Belo Monte como um reduto de monarquistas que ameaçavam o recente governo republicano. Ainda que alguns jornais tenham optado por apresentar uma visão ponderada do conflito,⁴ é o ponto de vista sensacionalista, como denomina Galvão (1994), que prevalece no imaginário dos brasileiros. Conforme Pêcheux (1990, p. 85, grifos do autor):

[...] as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram o processo discursivo em foco. Por oposição à tese “fenomenológica” que colocaria a *apreensão perceptiva* do referente, do outro e de si mesmo como *condição pré-discursiva do*

⁴ Sobre isso, Galvão (1994) expõe que muitos jornais que publicavam notícias, cartas e crônicas desmentindo aqueles que afirmavam ser o movimento de Belo Monte político, arquitetado para destruir a República, foram fechados e até houve jornalistas perseguidos e mortos.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

discurso, supomos que a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas.

É assim que se observa a repetição de dizeres no que se refere à imagem de Antônio Conselheiro presente nas reportagens, e até mesmo no que se escreveu daí em diante – a exemplo da própria narrativa de Euclides da Cunha, militar reformado e autor de *Os sertões* –, assim como em milhares de artigos e livros publicados logo depois da guerra, nos quais se observa os “já-ditos” baseados, em grande medida, num “acontecimento discursivo” (BARTELT, 2009) arquitetado ao longo de pouco mais de duas décadas, regularmente, pela mídia impressa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das formações imaginárias dos sujeitos discursivos das duas notícias que compõem o *corpus* deste trabalho torna-se relevante por acreditarmos que a imprensa nacional – de modo particular, a baiana – desempenhou papel central na projeção da imagem de Antônio Conselheiro, construída a partir de uma memória discursiva alimentada ao longo de mais de duas décadas, desde o primeiro registro acerca do líder de Belo Monte – em 1874, quando ainda nem exercia tanta influência – até findada a Guerra de Canudos, em 1897.

Aliás, durante os meses em que ocorreram as expedições militares para dispersar Canudos, os jornais dedicaram-se com ainda mais afinco ao assunto, inaugurando, inclusive, a prática de envio



de correspondentes ao local da guerra, a fim de sanar a curiosidade de todo o país sobre o que ocorria no sertão baiano, algo que até então não se observava na imprensa nacional. O próprio Euclides da Cunha foi enviado a Canudos como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*. A exemplo de Euclides, a maior parte da imprensa representava os interesses da recém-instaurada República, o que implicava narrar os fatos a partir dessa perspectiva, reforçando a imagem de que o movimento de Belo Monte era uma aberração e que em Canudos estavam alojados os desertores do país, que desejavam derrubar o governo.

Como vimos, todo processo discursivo pressupõe uma antecipação (um imaginário) das representações dos interlocutores, sobre a qual se funda a estratégia do discurso. Conforme Pêcheux (1990), o jogo de imagens – dos sujeitos entre si, ou seja, a imagem de A em relação a A, assim como a imagem que A faz do referente, isto é, $I_A(R)$ – e as condições de produção que constituem os discursos são determinantes no processo discursivo. Essas formações imaginárias, nesse caso, foram responsáveis por construir uma imagem negativa de Conselheiro, como fanático e ameaça para a ordem pública.

De acordo com o dispositivo teórico-analítico mobilizado nesta pesquisa, observamos que a imagem projetada do líder religioso pelos jornais cujas notícias foram analisadas é bastante semelhante. No que se refere aos aspectos físicos, ele é apresentado como um indivíduo sujo, de aparência degradante. Interpelados, portanto, por uma formação discursiva segundo a qual a aparência física diz do caráter da pessoa, um dos possíveis efeitos de sentido produzidos por esses dizeres é o de que o indivíduo do qual se fala – nesse caso, o Conselheiro – é alguém que não merece confiança ou que não tem a lucidez para orientar quem quer que seja. No que tange aos aspectos



morais, a imagem construída pelos sujeitos jornalistas é ainda mais incisiva, sendo Conselheiro apresentado desde um fanático, de religiosidade extremamente excessiva, até um mentiroso, um falso beato, cuja intenção é ludibriar as pessoas de boa-fé.

O fato de essa imagem se repetir nesses dizeres se explica, segundo a perspectiva teórica que adotamos, porque nesses discursos – entendidos como efeitos de sentido que emergem das notícias – os sujeitos são interpelados pela mesma formação ideológica, segundo a qual a religiosidade do Conselheiro é tida como incongruente e ignorante. Além disso, filiados às formações discursivas do cientificismo, do determinismo biológico e do positivismo – correntes teóricas difundidas na época –, os sujeitos jornalistas veem o sertanejo mestiço, estabelecido no interior do Brasil do final do século XIX, pouco conhecido dos moradores do litoral do país, como um indivíduo sem cultura, fruto de uma sub-raça, distante do ideal de nação que os intelectuais do litoral, influenciados pelas teorias europeias, tanto almejavam.

Mesmo se tratando somente de duas das muitas notícias publicadas na imprensa nacional num período de mais de duas décadas – desde a primeira vez que se fez menção a Antônio Conselheiro, quando ainda nem era conhecido por essa alcunha, até o período do combate entre conselheiristas e republicanos, em 1897 –, as pesquisas engendradas a esse respeito corroboram que essa imagem foi bastante recorrente.

Retomando, então, o que ressaltamos no início como condições históricas para instauração de um espaço discursivo no qual Antônio Conselheiro se constitui sujeito, há um embate entre os dois Brasis: de um lado, o dos jornais, como voz representativa do



Brasil litorâneo, e do outro, Antônio Conselheiro, representando o Brasil dos sertões, mas há o predomínio de uma das formações discursivas. A análise da imagem do beato nos jornais mostrou que a formação discursiva preponderante é a que o vê como pertencente a uma sub-raça, desmerecedor do mérito que o povo lhe dava. Desse embate que é, na verdade, discursivo e ideológico, tem-se o fortalecimento de uma imagem de Brasil que precisa ser diferente, moderno, que atenda aos interesses não do povo fiel às ideias de Antônio Conselheiro, mas dos governantes.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lizir Arcanjo. *Humor e sátira na guerra de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia; EGBA, 1997.
- BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. Tradução Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: EdUSP, 2009.
- CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo; EGBA. 1997.
- CALASANS, José. Notícias de Antônio Conselheiro (1969). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n. 33, p. 9-19, 2000-2002.
- DIÁRIO da Bahia. Salvador, 27 jun. 1876.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais – 4ª expedição*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1997.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palмира Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

NOVAIS FILHO, Joaquim Antonio. *Memória e discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)*. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.

O RABUDO. Estância-SE, n. 7, 22 nov. 1874. p. 1-2.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. 2. reimp. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. p. 163-252.

A REFERENCIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO TEXTO COMO EVENTO LINGUÍSTICO-DIALÓGICO

Lícia Maria Bahia Heine

Neste trabalho, pretendeu-se analisar as estratégias de referenciação, com o intuito de investigar se estas atendem efetivamente ao texto usado no seu processo de comunicação. A noção de referenciação foi incorporada, de modo incisivo, nos estudos da Linguística Textual (LT) no início dos anos 1990, em substituição ao clássico conceito de referência, que preconiza uma relação de correspondência direta entre as palavras e as coisas apriorísticas ao discurso, postulando a metáfora do espelho, que considera a língua como uma representação da realidade (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 20-25).

Essa é uma discussão longínqua, conforme reflexões filosóficas de Heráclito de Éfeso (aproximadamente 535 a.C.-475 a.C.) e Demócrito Abdera (460 a.C.-370 a.C.). A referida noção refuta o conceito clássico de referência como simples representação extensional de referentes do mundo extramental, tomando-a como aquilo que designamos, representamos ou sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos de discurso



(KOCH, 2004, p. 57), operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29).

O foco da referenciação diz respeito ao processo textual a partir de uma situação discursiva, pautada em fenômenos socioculturais, tendo entre os seus traços a instabilidade das categorias ligadas aos processos de enunciação (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29). Assim, opõe-se com veemência às características da referência, trazendo à baila a ideia central de que a relação entre signos e objetos de mundo não se dá diretamente, de modo transparente. Logo, deixa claro que não existem significados dados *a priori* nem independentes dos sujeitos que os interpretam.

A presença da referenciação caracteriza uma mudança substantiva nos pressupostos teóricos da LT, pois, a partir desse processo, eliminou-se incisivamente a possibilidade de considerarmos um sujeito dotado de passividade, que apenas decodifica, em sequências linguísticas na sua linearidade, sentidos cristalizados, processando uma referência que desconsidera os elementos contextuais e pragmáticos na interpretação dos textos. Esse conceito transcende as pesquisas da LT anteriores ao momento sociocognitivo, fase que começou a dar seus passos sistemáticos, na transição entre os séculos XX e XXI, instaurando questões essenciais ao seu desenvolvimento. Destas, são exemplos: a compreensão do conceito de texto como resultado de processos mentais (KOCH, 2004, p. 21); a substituição do sujeito pragmático pelo sujeito social; a ampliação do conceito de anáfora, que passou a ser realizada também por meio de tessituras associativas; e o olhar mais acentuado para a língua falada e para a referenciação, na defesa da tese de que o sentido é uma construção dinâmica, efetuada por sujeitos que mobilizam seus modelos de mundo devido à relevância da interação (LEITE; MARTINS, 2013).



O momento do sociocognitivismo tentou preencher pontos pouco claros e relativamente controversos presentes nas fases da LT a ele precedentes; contudo, manteve ainda liames com os seus predecessores textuais, que parecem comprometer os avanços vislumbrados por seus mentores. Entre essas lacunas, mencionam-se a delimitação do texto como unidade centrada no código verbal – excluídos, nas suas análises, os signos não verbais – e a ausência de reflexões criteriosas em relação aos princípios de textualidade, à concepção de ideologia e à compreensão do seu sujeito. Esses traços unem os diferentes momentos da LT, a saber: a análise transfrástica (também denominada interfrástica), as gramáticas de texto, as teorias do texto e a restrição presente na LT como um todo, lacuna considerada por Heine (2016) como *o erro clássico da linguística textual*, haja vista essa ausência se encontrar em todas as suas fases, inclusive no sociocognitivismo. O texto enquanto evento linguístico-dialógico objetiva dar conta de algumas dessas lacunas. Para tanto, apoia-se nos estudos discursivos bakhtinianos.

DA REFERENCIAÇÃO À REFERENCIAÇÃO SEMIOTIZADA

O texto enquanto evento linguístico-dialógico apoia-se na proposta da signatária, que sugere uma nova fase da LT – a fase bakhtiniana (HEINE, 2008), cujos primeiros embriões encontram-se na transição entre os séculos XX e XXI, quando Heine (2001) sugeriu, na sua tese de doutorado, uma nova classificação da anáfora que ampliava, pela primeira vez, a clássica concepção de Halliday e Hasan (1976). Essas reflexões pautam-se nos postulados



bakhtinianos. Embora a literatura vigente da LT tenha incorporado algumas das concepções bakhtinianas, suas pesquisas parecem não apresentar implicações resultantes das ideias do referido filósofo as quais, direta ou indiretamente, vêm imprimindo uma resignificação substantiva nos seus pilares, a ponto de dar respaldo teórico para o surgimento de um novo momento. A questão fulcral é a concepção de texto, pois é a partir dele que são definidos os fenômenos teóricos que devem ser contemplados pela LT.

Neste trabalho, apoiamo-nos também no tratamento que os livros didáticos vêm dando à concepção de texto. Em alguns deles, percebemos que os seus autores dicotomizam imagens, figuras, desenhos e código linguístico, o que revela o modo como tais manuais concebem o texto, excluindo todo e qualquer signo não verbal, sem valorizar a interface entre contexto imediato e contexto mediato, que deve ser considerada no processamento do sentido do texto. Há também teóricos que fazem fortes críticas ao próprio desenvolvimento da LT. A linguista Iara Costa (2000, p. 35) assevera que

[...] as diferentes revisões ou fases efetivadas na Linguística Textual, de forma direta ou indireta, ainda se atêm aos critérios de delimitação do texto presentes em Halliday e Hasan (1976), mantendo a superfície textual e o código linguístico como objetos de análise.

Pretendemos – mediante os pressupostos teóricos da LT, com o olhar acentuado para o dialogismo do filósofo russo Mikhail Bakhtin – examinar se as estratégias de referenciação se inserem nas críticas de Iara Costa, objetivando uma releitura da referenciação. A fase bakhtiniana, apesar de concordar com as diversas acepções de texto presentes na LT – as quais o concebem



enquanto processo, e não produto –, sugere outro conceito para tentar contemplar algumas das suas lacunas. Para minimizarmos esses problemas, apresentamos o seguinte conceito de texto:

Considera-se o texto como evento dialógico, semiótico, falado, escrito, abrangendo, pois, não somente o signo verbal, mas também os demais signos no seio social (imagens, sinais, gestos, meneios da cabeça, elementos pictóricos, gráficos etc.). Assim compreendido, apresenta-se constituído de duas camadas que se imbricam mutuamente: a camada linguístico-formal, que consiste dos princípios morfofonológicos, sintáticos, semânticos; e a camada histórico-ideológica, caracterizada pelo processamento de sentidos inferenciais e efetivada a partir de diferentes estratégias (conhecimentos de mundo, conhecimentos partilhados, intencionais, conhecimentos ideológicos, dentre outros) que vão alicerçar a construção desses sentidos. (HEINE *et al.*, 2018, p. 18-19).

Inicialmente, perguntamos por que o texto enquanto evento dialógico, e não como “evento comunicativo em que convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais e não apenas a sequência de palavras que são faladas ou escritas?” (BEAUGRANDE, 1997, p. 15). Apesar de se tratar de uma aceção aceita, hodiernamente, pela maioria dos linguistas de texto, esse conceito parece aludir, direta ou indiretamente, ao esquema da comunicação de Roman Jakobson (1886-1982), o que pode sugerir uma interface com alguns dos elementos constituintes do referido esquema. Jakobson, embora apresente avanços na pesquisa linguística por conta das funções da linguagem, entre outras,¹ vem

¹ É preciso registrar que as funções da linguagem foram inicialmente trabalhadas pelo psicólogo alemão Karl Bühler (1879-1963), que identificou três funções (a referencial, a emotiva e a conativa). Jakobson acrescentou mais três: a fática, a metalinguística e a poética.



sendo criticado por vários pesquisadores – em especial os voltados para os estudos discursivos. As críticas incidem sobremaneira nas concepções de emissor e receptor, que trazem em seu bojo, respectivamente, o sujeito que codifica e envia a mensagem e aquele que recebe e descodifica a mensagem. Observamos ainda que Beaugrande não traz à baila reflexões diretas sobre a camada histórico-ideológica – responsável, sobretudo, pelo processamento de sentidos inferenciais do texto (HEINE, 2011b) – nem valoriza a linguagem semiótica, essencial para evitarmos dúvidas em relação à compreensão do que é um texto. Diante desse espaço vazio, estamos propondo uma releitura da referencialização, sugerindo ampliá-la para referencialização semiotizada.

Para que possamos compreender a noção de referencialização semiotizada, é preciso que busquemos mostrar suas raízes, que estão fincadas na Antiguidade Clássica, principalmente a partir da controversia convenção (*thésis*) versus natureza (*phýsis*), que monitorou, de uma forma ou de outra, os estudos greco-latinos. Em seguida, vamos sumarizar as ideias do alemão Gottlob Frege (1848-1925), pondo em foco a sua pesquisa “Sobre o sentido e a referência” (FREGE, 1978). Depois serão sintetizadas as propostas de referência de Halliday e Hasan (1976) e de Mondada e Dubois (1995) e, por fim, focalizaremos a nossa sugestão de ampliar a noção de referencialização para referencialização semiotizada.

Antes de tecermos considerações sobre a referida controversia na Antiguidade Clássica, ilustramos o seguinte excerto textual:

Foi com os gregos e na sua civilização que se desenvolveu, pela primeira vez na história da humanidade um desejo insaciável de indagação sobre a realidade circundante e sobre os modos de ser do homem no universo. Entre os gregos, houve aqueles que insistiram



na investigação de coisas que outros não conseguiram compreender ou pelas quais não mostraram interesse. (ROBINS, 1979, p. 8).

Imbuídos desses propósitos:

[...] os filósofos gregos, desde o século V a.C., se preocupavam com as investigações sobre a origem e a natureza da língua, interessando-se por descobrir a relação de nomeação que havia entre as palavras e as coisas. (MELO, 2008, p. 33).

Essas inquirições se iniciaram na Antiguidade Clássica, mais precisamente no período pré-socrático, quando Heráclito de Éfeso, da Escola Jônica, “[...] afirmava que as qualidades das coisas se refletiam no seu foneticismo” (KRISTEVA, 1969, p. 127), o que de certa forma sustentava a sua teoria do *logos* – a palavra – como expressão do pensamento, considerada “[...] uma imagem exata do mundo”. Assim procedendo, demonstrou reconhecer a existência de uma relação natural e direta entre língua e as coisas do mundo, ou seja, entre a língua e aquilo que ela representa. As preocupações dos filósofos estavam voltadas para o universo, o cosmos. Daí a concepção de língua como dependente da natureza, isto é, parte integrante do Universo – uma força cósmica.

Já no Período Socrático, Platão (429 a.C-347 a.C.) escreveu a obra *O Crátilo*, na qual o próprio Crátilo (filósofo seguidor das ideias de Heráclito) discute com Hermógenes (seguidor das ideias de Demócrito) a clássica controvérsia *phýsis* (natureza) *versus nómos* ou *thésis* (convenção). O polo natureza defendia que a relação entre a palavra e a coisa designada era imposta pela natureza ou por realidades externas ao homem (DUBOIS, 1981, p. 429), mas o polo



convenção não endossava a tese naturalista, pois considerava que a relação entre a palavra e aquilo que ela representava estaria fundada numa espécie de acordo ou contrato social entre os membros de uma comunidade. Platão se colocou a favor da posição naturalista e o resultado disso foi uma visão de língua como *espelho exato do mundo*.

Nos primórdios do século XX, o filósofo alemão Gottlob Frege deu um grande impulso à teoria do significado ao estabelecer a distinção entre sentido e referência, reflexão que abriu caminho para as pesquisas da Filosofia da Linguagem, em especial a desenvolvida em Cambridge, Inglaterra. Para ele, era importante “explicar como podemos, através da linguagem, representar e compreender o mundo” ou ainda como “[...] a linguagem é capaz de espelhar a estrutura da realidade” (COSTA, C., 2003, p. 26). Assim, para elucidar as referidas expressões, recorreu ao enunciado “A estrela da manhã é a estrela da tarde” (FREGE, 1892 *apud* LYONS, 1977, p. 163-164) que, em princípio, parece uma mera contradição, porém Frege esclarece que as expressões “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” têm o mesmo referente — o planeta Vênus. Ele tenta deixar claro que elas se referem a um único e mesmo corpo celeste, tendo exatamente a mesma referência. O termo referência, em Frege, tem a ver com a relação direta existente entre uma expressão e aquilo que ela designa na realidade circundante. Contudo, o autor esclarece que “a estrela da manhã” e “a estrela da tarde” não são sinônimas, isto é, não têm o mesmo sentido; são dois sentidos diferentes usados para referir um mesmo objeto:

A diferença no sentido destas expressões está no facto do planeta Vênus ser apresentado por cada uma delas de uma maneira diferente. O sentido é assim considerado por Frege como o modo de apresentação do



objecto. No caso da expressão “a estrela da manhã” o seu modo de apresentação seria algo do tipo “a estrela muito brilhante que aparece no céu imediatamente antes do sol nascer”. No caso da expressão “a estrela da tarde” seria qualquer coisa do tipo “a estrela muito brilhante que aparece no céu imediatamente depois de anoitecer. (BIZARRO, 2017).

Nessa perspectiva, conforme nos aponta Marcuschi (1999, p. 115):

[...] entende-se o significado como algo construído numa relação direta entre linguagem e mundo, ou seja, entre um signo linguístico e seu referente, onde o contexto é o próprio código da língua.

Em meados do século XX, os linguistas Halliday e Hasan (1976), pautados na sua visão funcional da linguagem – no sentido de esta estar centrada numa abordagem que focalize os usos linguísticos fortemente ligados a questões socioculturais –, descrevem a língua inglesa e seu uso sob a perspectiva da coesão textual na célebre obra *Cohesion in English*. Nesse trabalho, a referência é vista como uma categoria de cunho coesivo, mas essencialmente gramatical. Assim compreendida, eles postulam uma noção de referência constituída por dois elementos: a referência exofórica, que diz respeito aos elementos linguísticos cuja interpretação recorre ao contexto de situação, e a referência endofórica, em que

[...] a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por



recurso ao outro. (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4, tradução nossa²).

Como verificamos sucintamente, Halliday e Hasan (1976) conceberam a noção de referência como um mecanismo de coesão textual que ora se refere a tessituras extralinguísticas, ora a itens que, para serem interpretados, necessitam da ocorrência de elementos linguísticos presentes na materialidade linguística – ou seja, eles dependem essencialmente de tessituras endofóricas. Apesar da grande contribuição que deram aos estudos textuais, o trabalho deles tem sido criticado por vários linguistas por terem focado seus estudos, em especial, na referência endofórica, voltada exclusivamente para o texto enquanto materialidade linguística, postura teórica ainda presa ao formalismo linguístico.

Nos anos 1990, os estudos do texto começaram a receber críticas sistemáticas em relação a alguns dos seus princípios fundamentais, cujo foco incidiu, entre outras questões, na noção de referência, que preconizava para a coesão textual endofórica uma tessitura textual realizada tão somente na materialidade linguística. Mondada e Dubois (1995), posicionando-se com veemência contra essa limitação, instauraram na LT a noção de referenciação. Para esclarecimento, ilustramos o seguinte excerto textual:

A ideia segundo a qual a linguagem é um sistema de etiquetas que se prendem às coisas atravessa a história do pensamento ocidental. Opomos uma outra concepção segundo a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e

² No original: Cohesion occurs where the INTERPRETATION of some element in the discourse is dependent on that of another. The one presupposes the other, in the sense that it cannot be effectively decoded except by recourse to it. (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 4)



culturalmente situadas, versões públicas do mundo. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 17).

Mondada e Dubois preconizam uma referência distinta daquela que estabelece como seu princípio básico uma relação direta, biunívoca, entre uma entidade linguística e o objeto do mundo a ela correspondente. Por outras palavras, refutam a consideração de que a linguagem seja vista como um sistema de etiquetas que se prendem às coisas – rejeitando, por decorrência, uma semântica *a priori*, em prol de uma noção de referência construída e processada a partir do uso linguístico, valorizando neste os aspectos cognitivos, bem como os socioculturais. Nessa concepção, os referentes deixam de existir como algo *a priori* do discurso, pois são construídos nele e por ele. Por isso é que são denominados de objetos-de-discurso (APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 227-271; MONDADA; DUBOIS 1995). Os objetos-de-discurso seriam, então, entidades de referência discursiva, dependentes das operações cognitivas, das atividades verbais ou não e das negociações de interação (HEINE, 2001; MONDADA; DUBOIS 1995).

Apesar desse avanço, sua análise ainda se limita ao código verbal, excluindo os signos não verbais, restrição presente na LT como um todo, lacuna considerada por Heine (2016) como *o erro clássico da linguística textual*, visto que essa ausência se encontra em todas as suas fases, inclusive no momento do sociocognitivismo.

Considerar o texto como evento dialógico, semiótico, é reconhecer que todos os seus elementos constitutivos (verbais e não verbais) podem estar envolvidos no processo de referenciação. Logo, os objetos de discurso – ou seja, anáforas, catáforas, âncoras referenciais e dêiticos discursivos, entre outros –, efetivados na sua abordagem



clássica por meio de expressões linguísticas (substantivos, pronomes, advérbios, conjunções, etc.), podem também ocorrer por meio de signos semióticos, realizados por ícones, símbolos e índices, em especial. Ilustramos o exemplo extraído de Alpino (s.d.), no qual há o desenho de um homem falando em uma tribuna. Na imagem, esse homem aparece encapuzado, vestido de paletó e gravata. Em dois balões de fala constam os seguintes enunciados: “A mídia diz que eu sou racista, estelionatário, polêmico e homofóbico [...]”; “Isso é mentira [...] nunca fui polêmico...”

Nessa ilustração, temos um texto constituído de elementos verbais (por exemplo, “A mídia diz que eu sou racista, estelionatário, polêmico e homofóbico [...]”) e elementos não verbais (a imagem de um homem encapuzado). A análise, consoante a referência semiotizada, nos permite identificar a ocorrência de uma anáfora icônica, ou seja, a imagem de um homem símbolo da seita racista Ku Klux Klan (KKK), cujo lastro textual retoma a história desse grupo fundado em 1865 no sul dos Estados Unidos. A KKK é formada por jovens racistas que se vestem com roupas brancas e capuzes, com o objetivo de perseguir os negros, atacando também os brancos que protegiam tais negros. Tem como identidade a ideologia da supremacia branca, ou seja, a crença na superioridade do “homem branco”. Trata-se de uma tessitura anafórica semiotizada, evidentemente não correferencial (HEINE, 2001), pois tem como traço singular e definatório a possibilidade de remeter sem processar a correferencialidade, visto que não pontualiza determinada âncora textual centrada no código linguístico pelo fato de processar, para a sua efetivação, o conhecimento de mundo, assim como o conhecimento partilhado, dando-nos condição de mobilizar pistas inferenciais sócio-históricas para processarmos o sentido do texto em análise.



Contudo, precisamos registrar que, nos moldes da clássica LT – inclusive no momento sociocognitivista –, esses signos não verbais não exercem a função de elementos da referenciação (anáfora, catáfora, âncora textual, etc.). Consequentemente, a análise limita-se à materialidade linguística. Nesses termos, isto é, consoante o enfoque clássico da LT, o pronome “isso” do exemplo em questão seria visto como anáfora encapsuladora, porque recupera a porção do texto “A mídia diz que sou racista, estelionatário, polêmico e homofóbico”. Porém, a partir da referenciação semiotizada, o demonstrativo “isso”, apesar de ocorrer efetivamente como uma anáfora encapsuladora, tem como âncora textual não somente os elementos verbais, mas também os não verbais, ou seja, a imagem do homem com o capuz branco, relação feita a partir da mobilização de pistas sócio-históricas e do conhecimento de mundo, que proporcionam a construção do sentido do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LT, desde o seu surgimento na década de 1960, pretendendo investigar seu objeto de estudo – o texto em suas particularidades por meio dos seus diversos momentos –, tem dado passos significativos. Conforme as palavras de Koch e Travaglia (1997, p. 67),

[...] a Linguística Textual vem tendo um grande desenvolvimento, tendo passado por momentos diferentes e se inspirado em diferentes modelos teóricos, o que não deixa de ser bastante natural numa ciência em formação.



Contudo, talvez por conta especialmente das suas diferentes acepções de texto, o qual é realizado por várias linguagens, a LT tem deixado algumas lacunas que vêm dando espaço para o surgimento de nova fase, a fase bakhtiniana (HEINE, 2008). Esta, entre as suas diferentes reflexões, sugere a ampliação do conceito de referenciação, denominando-a “referenciação semiotizada”, possibilitando a ocorrência de signos icônicos, por exemplo, como anáforas, catáforas, dêitico discursivo, etc. Nesse sentido, investimos na nossa acepção de texto para podermos considerar também fenômenos costumeiramente excluídos pela literatura da LT, como o semiótico e a camada histórico-ideológica, porém ressaltando que todos esses fenômenos representam o princípio constitutivo textual, e não elementos que se agregam ao código linguístico.

Nossa intenção naturalmente não é, de maneira alguma, desconsiderar a singular contribuição da LT, mas discutir suas questões abertas, visto que há ainda muitas inquições que suscitam novas dúvidas e, conseqüentemente, novos esclarecimentos.

REFERÊNCIAS

ALPINO, Alberto. Charges. [S.l.], [2013]. Instagram: @cartuns.alpino. Disponível em: <http://abagagemdonavegante.blogspot.com/2013/04/>. Acesso em: 31 out. 2013.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHELER-BÉGUELIN, Marie-Jose. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, Alain; REICHELER-BÉGUELIN, Marie-Jose (org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995. p.143-173.



BEAUGRANDE, Robert de. Linguística textual: para novas margens? In: ANTOS, Gerd; TIETZ, Heike (ed.). *O futuro da linguística textual: tradições, transformações, tendências*. Tübingen: Niemeyer RGL, 1997. p. 1-15.

BIZARRO, Sara. Modo de apresentação. *Oocities*, [S.l.], dez. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2ChhuC1>. Acesso em: 12 mar. 2019.

COSTA, Iara Bemquerer. Cadeias referenciais no português falado. *Organon*, Porto Alegre, v. 28-29, p. 33-54, 2000.

COSTA, Claudio. *Filosofia da linguagem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. Tradução Francisco Pessoa et al. São Paulo: Cultrix, 1981.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência (1892). In: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Organização e tradução Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1978. p. 129-158.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HEINE, Lícia Maria Bahia. Aspectos da perspectiva funcionalista da análise linguística. In: HEINE, Lícia Maria Bahia; HEINE, Palmira (org.). *Questões do texto e do discurso*. Salvador: Kalango, 2011. p. 9-14.

HEINE, Lícia Maria Bahia. *Aspectos do uso da anáfora no português oral*. 2001. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

HEINE, Lícia Maria Bahia. Uma quarta fase da linguística textual? *Seminário de Pesquisa em Estudos Linguísticos*, Itapetinga, v. 3, n. 1, p. 277-282, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2FHNWOM>. Acesso em: 6 jun. 2014.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

HEINE, Lícia Maria Bahia. A perspectiva bakhtiniana da linguística textual: os elementos verbais e não verbais no processo de referenciação. In: HEINE, Lícia; NERY, Marta Maria de Almeida (org.). *O texto sob novos olhares: ampliando conceitos e atualizando pesquisas*. Curitiba: CRV, 2016. p. 15-26.

HEINE, Lícia et al. O texto em discussão: reflexões sobre uma nova fase na linguística textual. In: HEINE, Lícia et al. *Inquietações do texto e do discurso: interpelações, debates e embates*. Salvador: Edufba, 2018. p. 15-32

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997

KRISTEVA, Julia. *História da linguagem*. Tradução Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 1969.

LEITE, Maria Alzira; MARTINS, Renata. Referenciação. *Cadernos Cespuc*, Belo Horizonte, n. 23, p. 43-48, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2TGDiaP>. Acesso em: 11 mar. 2019.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. In: COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE ANALISTAS DO DISCURSO, 4., 1999, Santiago. *Anais...* Caracas: Aled, 1999.

MELO, Cinthya Torres. *A construção da sinonímia por encapsulamento anafórico: uma perspectiva sócio-cognitiva*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.



MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construction des objets de discours et categorisation. *In*: BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN, Maria-Jose (org.). *Du syntagme nominal aux objets-de-descours*: SN complexes, nominalisations, anaphores. Neuchâtel: Université de Neuchâtel, 1995. p. 273-303.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In*: CAVALCANTE, Mônica; RODRIGUES, Bernadete B.; CIULLA, Alena (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

ROBINS, Robert Henry. *Pequena história da linguística*. Tradução Luís Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

DISCURSO, CORPO E GOVERNAMENTALIDADE: MODOS DE SER VIRGEM PARA JOVENS NO YOUTUBE (2011-2018)

Suelane Gonçalves Santiago Lima
Nilton Milanez

São várias as possibilidades de se tratar do corpo nos estudos discursivos foucaultianos, sobretudo em temáticas ligadas à sexualidade, consideradas “tabus” (FOUCAULT, 2017, p. 9) em nossa sociedade, pois isso permite abordar, provocar e despertar uma discussão interdita historicamente, recaindo muitas vezes na imposição do silêncio, e na instauração censura e na irrupção da palavra como algo regulado por uma relação entre saber e poder.

Para Foucault (2014, p. 7) “[...] o discurso está na ordem das leis”. A fim de encontrar a lei das enunciações neste trabalho, recorreremos aos estudos foucaultianos com o objetivo de observar aquilo que estaria autorizado a permitir, regular ou proibir a prática sexual exercida pelos sujeitos e estabelecer sobre isso um encadeamento de ideias. Para direcionar nossa discussão, tomaremos alguns questionamentos apresentados por Michel Foucault, entre eles:



[...] quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2017, p. 61).

Assim, optamos por iniciar nossa análise investigando esses questionamentos propostos na *Arqueologia do saber*, uma vez que eles nos levam a refletir substancialmente acerca dos modos de enunciação e da constituição do saber e do poder que configuram o sujeito enquanto lugar institucional. Outro ponto a ser observado é a relação vidiática, seu inter-relacionamento com o corpo e a manifestação da governamentalidade no discurso sobre “ser virgem”.

Para discutir o conceito de governamentalidade, focaremos as enunciações de vídeos na plataforma YouTube, *site* de compartilhamento de vídeos postados pelos usuários na rede. Estamos certos de que a internet proporciona ferramentas que servem para a circulação de informações e experiências das mais variadas esferas.

Logo, o tratamento que é dado ao suporte YouTube coloca-o no *ranking* dos tipos de medições e análise dos modos de vida dos sujeitos dos dias de hoje, demonstrando como a tecnologia desenvolvida em redes de postagens e compartilhamentos impacta e promove modos de se enunciar determinados discursos, fazendo-os proliferar incessantemente nessa “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2014) vidiático.



A partir dessas questões, falaremos de como se constitui ser virgem para jovens em vídeos de curta duração veiculados no YouTube, temática já abordada por Lima e Milanez (2018), atentando agora, mais especificamente, para a questão da governamentalidade em termos de interdição e submissão a uma ordem discursiva e prática de si desses sujeitos. Portanto, consideraremos, primeiramente, elementos que têm estreita relação com a temática proposta: o corpo e a virgindade, por ser esta última uma forma de preservação e contenção dos prazeres da carne.

Devemos ressaltar que, neste estudo, não interessa apenas a sexualidade ligada a esses elementos, mas o sistema de poder que a controla o corpo dos sujeitos enquanto prática por meio de uma ordem discursiva, atendendo à questão da relação entre as materialidades discursivas – ou seja, as formas de enunciar do sujeito virgem, por meio de seu corpo, sobre a problematização da virgindade como um fator social e histórico, intrincada a uma gama de saberes em torno da prática sexual e relações de poder institucionais sobre o sujeito.

O CORPO: UM LUGAR TEÓRICO E DE CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO VIRGEM

Para Foucault (2001, p. 15), o corpo é “[...] superfície de inscrição”, questão que perpassa o corpo e a História. Assim, esse corpo, enquanto “superfície de inscrição”, faz parte de uma construção histórica e cultural. Tal concepção vai além de uma constituição orgânica “[...] em consonância com suas formas e carne” (MILANEZ, 2009,



p. 215). Acrescentaríamos, ainda, que ultrapassa o universo da ideia e da matéria com suas formas de “carne e osso”, para a concepção de corpo como um lugar institucional. Sob essa ótica, será possível perceber quem estaria autorizado a permitir, regular ou proibir o sexo para os sujeitos.

Segundo Courtine (2013, p. 16), o despontar do corpo como objeto de discurso nas ciências humanas acontece na virada do século XIX, perpassando áreas como a Psicanálise, a Filosofia e a Antropologia, que inscrevem o inconsciente e o sujeito nas formas sociais da cultura. Nessa relação, o corpo vai além e

[...] é também diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder operam sobre ele uma influência imediata; elas investem contra ele, o marcam, o adestram, o suplicam, o constroem a trabalhos, o obrigam a cerimônias, cobram dele signos.

Além desses signos a que Courtine se refere, são também cobrados resultados e ações. É, portanto, nos estudos sobre a “[...] pulverização dos mecanismos de poder” (FOUCAULT, 2001, p. 75) – ou seja, dos “micropoderes” (FOUCAULT, 2001, p. 84) – que observaremos a força do exercício das relações de poder sobre o corpo no discurso para, então, prosseguir com o “decifrar o corpo” (COURTINE, 2013).

Quanto às relações de poder, Foucault (2001) assevera sobre o governo de si e o governo do outro, posicionamentos que nos ajudarão a problematizar como os homens aprenderam a se reconhecer como sujeitos da sexualidade, aspecto esse diferente da concepção de sexo. Posto isso, invocamos uma discussão por vezes polêmica em nossa sociedade. Trata-se, *a priori*, do corpo da mulher, o qual



envolve uma dispersão de discursos cuja rede perpassa por processos de significação e ressignificação do sujeito manifestados em uma ordem discursiva. Desse modo, o corpo se torna “[...] suporte primeiro na recepção e produção dos ecos de nossa cultura” (MILANEZ, 2009, p. 216).

Mobilizando conhecimentos históricos e sociais que ditam preceitos à sociedade, vamos “[...] buscar as disposições que legitimam o corpo e que constroem um tipo específico de enunciar a condição de íntimo em uma rede socializada de saberes” (MILANEZ, 2015a, p. 98). O corpo, para Milanez (2009, p. 216), é agora

[...] entendido como enunciado, em sua materialidade, emergindo em redes, possibilitando deslocamentos e modificações, que criam novos campos de saber e delineiam certo tipo de sujeito do conhecimento.

Cabe-nos reconhecer que as noções de corpo trazidas por Milanez (2015a, 2015b, 2016, 2018) e Milanez e Prata (2015) colaboram tanto para a investigação quanto para a compreensão da formação desse objeto de pesquisa, pois nos permitem refletir a partir de concepções específicas e de um aporte teórico específico dentro de dado universo científico. Portanto, segundo Milanez, o corpo de que trata o discurso não é aquele biológico, constituído de matéria orgânica, mas

[...] uma construção simbólica, um verdadeiro corpo fictício, que se constrói em meio a redes de poder e resistências, orientado historicamente e, por isso, apresentando tipos de saberes, memórias e arquivos, que colocam em imagens a nossa maneira de ver e viver. (MILANEZ, 2011, p. 279).



Assim sendo, tomamos o corpo como instrumento de observação das regras que normatizam e regulam não só o sujeito institucional, mas suas práticas de fazer e de falar enquanto irrupção de um acontecimento que pode ser retomado na sociedade e na história.

As práticas do corpo dos sujeitos nos vídeos e os procedimentos de controle do prazer – tanto no corpo quanto nos discursos – podem ser relacionados à governamentalidade, entendida por Foucault (2001, p. 171) como uma “arte de governar”, uma forma de disciplinar que, ao mesmo tempo em que exerce o poder, produz um saber que não é neutro, mas constitui o sujeito e sua rede de saberes. O governo diz respeito a uma submissão, a uma ordem discursiva que pode ou não ser um controle do outro sobre si. Portanto, uma forma de governo pode ser analisada sob dois olhares: o governo do outro e o governo de si, enquanto modalidades de o sujeito se posicionar no mundo.

O governo do outro seria aquele que toma as estratégias de controle biossocial como regra a ser cumprida, representando as normas biopolíticas como critério a ser seguido e cumprido. Nessa situação, todos os corpos estão inseridos em uma ordem, em um conjunto de regras que definem o que é permitido e o que é proibido. No caso dos depoimentos nos vídeos, buscaremos identificar em que ordem discursiva os sujeitos estão inseridos, que tipo de regras regulamenta o referido corpo, bem como quais são as estratégias de controle materializadas nos enunciados.

O governo de si remete a uma preocupação em cuidar de si, à prática de si, à forma de se constituir sobre si – que acaba por se refletir no cuidado com o outro. Portanto, o cuidado de si perpassa diretamente por saberes filosóficos como liberdade, moral, ética, saúde



e desejo. Assim sendo, o governo tem em si o objetivo de gerenciar as posturas individuais dos sujeitos no que tange a seu próprio corpo.

Observaremos no discurso do sujeito, portanto, até que ponto há autonomia em falar de si e como esse falar está relacionado com a sua forma de ver seu corpo, visto que “[...] a ordem do discurso do corpo não pode se separar dos elementos que atravessam uma ‘prática discursiva’” (MILANEZ, 2018, p. 13).

Temos, ainda, algumas hipóteses que podem ser ratificadas ou refutadas, a saber: o atravessamento do discurso religioso; a prática de si materializando a expressão de uma contenção, uma temperança; e o cuidado de si e o exame de si nas enunciações, atentando-se para o lugar de pertencimento e o lugar social do qual o sujeito fala. Consideramos que o movimento de si não exclui o do outro, ao passo que este último não anula o governo de si. Assim sendo, refletiremos sobre o corpo do sujeito e como as relações de poder interferem em suas práticas individuais e sociais.

CONSTRUINDO SÉRIES: UM TIPO DE FORMAÇÃO METODOLÓGICA À PROCURA DO DISCURSO

Para a apreciação das materialidades discursivas, seguiremos as pistas deixadas por Foucault (2017, p. 50-51) como ponto de partida para análise: primeiro, iremos “[...] demarcar as superfícies primeiras de emergência”, mostrando de onde podem emergir esses discursos; depois, “descrever as instâncias de delimitação”, observando se há e qual é a instituição regulamentada como saber e prática competente para regular uma opinião pública em circunstâncias



atenuantes; para, em seguida, “analisar as grades de especificação”, separando os dados, opondo-os, associando-os, reagrupando-os e classificando-os em diferentes instâncias.

Para tanto, será importante também descrever os lugares institucionais dos quais o sujeito obtém seu discurso e onde este encontra sua legitimidade e seu espaço de aplicação, além das posições que o sujeito pode assumir nessa rede de relações de poder e de saber, para problematizar e descrever quais são as táticas de controle sobre o corpo que aparecem como regra a ser cumprida, visando normas biopolíticas – ou seja, políticas de vida que normatizam o corpo, não aquele necessariamente biológico, mas o corpo social e institucional enquanto regra a ser seguida.

Já que há uma grande circulação de vídeos gravados por *youtubers* tratando dessa temática, os materiais foram selecionados, inicialmente, considerando dois critérios que levam em conta o modo como o sujeito discursivo 1) declara o seu desejo de se manter virgem até o matrimônio ou até determinado momento de sua vida; e 2) justifica tal condição, podendo esse pronunciamento ser enunciado em primeira ou terceira pessoa.

Segundo Milanez (2016), as significações no interior de uma rede de relações são construídas pelas audiovisualidades e sua natureza é polidimensional, dadas as multiplicidades discursivas. As audiovisualidades, nesse caso, dizem respeito à observação dos discursos a partir dos sons e das imagens. Posto isso, introduziremos o *corpus* e passaremos à instauração de séries dos vídeos, com o objetivo de prepará-los para a análise. Quanto à formação de séries, Foucault (2017, p. 82) declara que elas



[...] devem ser descritas como maneiras sistematicamente diferentes de tratar objetos de discurso (de delimitá-los, reagrupá-los ou separá-los, encadeá-los e fazê-los derivar uns dos outros), de dispor formas de enunciações (de escolhê-las, organizá-las, constituir séries, compô-las em grandes unidades retóricas), de manipular conceitos (de lhes dar regras de utilização, fazê-los entrar em coerências regionais e constituir, assim, arquiteturas conceituais).

Buscaremos, nesse sentido, a identificação dos dispositivos que contribuem para o posicionamento do sujeito dentro da sociedade, ou seja, o lugar social que esse sujeito ocupa, bem como as relações de poder que interferem na conduta dos envolvidos no processo discursivo.

É sob essa perspectiva, portanto, que analisaremos os discursos e as matrizes de conduta dos sujeitos que enunciam nesse universo virtual, esquadrinhando, descrevendo, organizando e estabelecendo as ordens discursivas que permeiam o corpo não anatômico do ser virgem até chegarmos a uma “série de séries” (FOUCAULT, 2017, p. 12), que é entendida por Milanez (2016, p. 24) como uma forma de parcialização “[...] aqui e lá, no encadeamento entre os planos e na relação das séries dos quadros em sequências”.

Entendemos por séries, portanto, a produção vidiática de acontecimentos discursivos, ou seja, um resgate histórico e cronológico, não necessariamente contínuo, no qual os sujeitos “[...] encontram o princípio de sua regularidade” (FOUCAULT, 2014, p. 50) nas materialidades audiovisuais. Nesse caso, o princípio é a gênese que constitui a materialidade repetível, isto é, a repetição histórica do discurso relacionada ao campo do saber e do poder.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

Desse modo, alinharemos os extratos de diferentes formações para a análise, o que produz um conjunto de informações selecionadas, descritas, encadeadas e reorganizadas para fundamentar uma ordem discursiva vidiática sobre o corpo, regimentando formas de ser, falar e viver de sujeitos da nossa atualidade.

AS DIFERENTES FORMAÇÕES DO *CORPUS* E SUA DELIMITAÇÃO PARA ESTE ARTIGO

Ao garimpar o YouTube, encontramos uma vasta quantidade de vídeos que não relacionam a questão do ser virgem ao corpo e ao matrimônio. A maior parte deles está dentro de um universo discursivo religioso cristão, seja de comunidades católicas ou evangélicas, predominando, assim, um lugar de fala institucionalizado pela igreja, em que os sujeitos buscam respaldo bíblico para legitimar os seus discursos. Porém, com o buscar incessante encontramos, além de algumas singularidades na categoria, a *priori*, única (meninas heterossexuais), outras particularidades – em menor número, mas tão significativas quanto as buscadas: meninos heterossexuais e gays falando sobre a virgindade, demanda que resultou na ampliação dos dados a serem analisados.

Posto isso, destacamos a necessidade de estabelecer mais duas categorias, indo além da proposta inicial de trabalhar apenas vídeos de meninas heterossexuais, a fim de estender a discussão a uma realidade socialmente compartilhada na rede, o que justifica as diferentes formações deste *corpus*.



Portanto, as fontes de dados deste estudo são oito vídeos de *meninas heterossexuais*, dois vídeos de *meninos heterossexuais* e dois vídeos de *meninos gays*, totalizando 12 materialidades audiovisuais que compreendem o período entre os anos 2011 e 2018, um recorte temporal de sete anos. Para acomodarmos esses dados, utilizamos uma tabela elaborada originalmente por Milanez e Prata (2015) e adaptada por Lima e Milanez (2018).

Antes de seguirmos para a reflexão sobre os vídeos, vale ressaltar que esse *corpus* faz parte de uma dissertação de mestrado em andamento, para o qual organizamos uma tabela para cada categoria, tendo selecionado para este artigo dois vídeos – sendo um da categoria *meninas heterossexuais* e outro da categoria *meninos gays* –, a fim de proporcionar ao nosso leitor um contato com a análise que dimensiona esse estudo.

Tabela 1 – Virgens do YouTube

	Título	Publicado	Duração	Visualizações	Comentários	Inscritos
1	Casei virgem aos 27 anos – virgindade sem tabu – Quezia Mendes	31/08/2016	8’03”	32.453	253	39 mil
2	Por que tenho 18 anos e ainda sou virgem?	23/08/2017	4’24”	6.892	104	65 mil

Fonte: Elaborado pelos autores.



Conforme podemos ver, na Tabela 1 apresentamos o número do vídeo para facilitar sua identificação; o título, como lugar de produção de subjetividade que permite ao sujeito falar das suas condutas; a data de publicação, importante para estabelecermos a que época se refere a postagem; a duração, para situar o leitor sobre o tempo do vídeo; total de visualizações, não com o intuito de quantificar, mas para ter uma visão da dimensão da circulação dos vídeos; quantidade de comentários, para analisarmos posições de identificação ou desidentificação com a ordem discursiva do enunciador; e o número de inscritos, nova inclusão para a proposta da Tabela 1, a fim de refletirmos sobre a possibilidade de inscrição do sujeito no mesmo lugar institucional do sujeito enunciador.

DESCREVENDO O VÍDEO DO SUJEITO QUEZIA MENDES

No vídeo 1, Quezia Mendes, o sujeito do discurso, revela que se casou virgem aos 27 anos de idade, é cristã e foi criada em um lar evangélico pelo tio, que é pastor. Tomou essa decisão já na adolescência, por achar bonito o princípio de se casar virgem, de se reservar para uma pessoa. Reconhece que tem muita gente que condena tal decisão, que acha “careta, muito nada a ver”, mas declara que tem um ponto de vista diferente. Relata que foi difícil seguir com tal decisão pela dificuldade de encontrar um marido que aceitasse esperar com ela o momento certo para a entrega mútua do casal.

Segundo Quezia, uma das dificuldades encontradas desde o início do namoro foi resistir aos abraços e às carícias. Para tanto,



tomaram algumas decisões, a fim de se precaverem e evitarem cair em tentação. Ela relata o preconceito por parte das pessoas quando dizia que era virgem e apresenta três razões para escolher ter esperado o momento certo: primeiro, o valor elevado do anticoncepcional; segundo, apenas depois do casamento o casal consegue desfrutar do sexo inteiramente, o que gera o prazer na sua totalidade, sem o medo de alguém ligar e interromper ou de serem descobertos pelos pais ou pelos membros da igreja; a terceira e última razão é que ela teria um cuidado, um zelo pela sua intimidade com Deus. Quezia afirma ainda que tinha medo de manchar a relação que mantinha com o Espírito Santo, de a consciência condená-la por ter feito algo errado; portanto, apenas casando experimentaria o sexo de maneira plena e tranquila.

QUEZIA: O SUJEITO DO CONTROLE, DA VIGILÂNCIA E DA INTERDIÇÃO DO PRAZER

Observando o vídeo de Quezia, vemos uma mulher posicionada frente a uma câmera, cuja materialidade audiovisual foi captada do busto para cima e no sentido horizontal. Ela se encontra sentada, aparentemente em um sofá; o cabelo encontra-se preso com uma poupa; apresenta poucos acessórios no corpo – brincos e pulseira –, batom discreto, aparência contida e óculos de grau com armação em cor escura, o que atrai a atenção de quem assiste ao vídeo para os olhos dela.

A partir do depoimento de Quezia, podemos afirmar que a jovem enuncia de um lugar social que é o território em que ela vive,



que ela ocupa na sociedade, o lugar social de mulher cristã. Um lugar de dispersão, de subjetividade do sujeito, bem como de possibilidades intercambiáveis. Quando a *youtuber* se apresenta como uma mulher cristã, traz em seu discurso a evidência da igreja como um lugar disciplinar, de reinvenção do sujeito cristão. Isso pode ser evidenciado quando ela diz:

Vocês que me conhecem aqui no canal sabem que eu sou cristã, fui criada num lar evangélico, fui criada por meu tio e esse tio é pastor. Então, desde pequenininha eu sou uma pessoa que aprendi os princípios bíblicos e zelo por isso. (CASEI..., 2016).

Ao enunciar que tomou essa decisão, diz “*Eu sempre achei muito bonito esse princípio de casar virgem, de se reservar para uma pessoa pra depois do casamento*” e enfatiza: “*Eu sei que tem muita gente que condena isso, que acha uma coisa muito careta, muito nada a ver, mas esse é o meu ponto de vista, é a coisa que eu acredito, né, sendo uma pessoa cristã*” (CASEI..., 2016). Temos a presença da soberania do discurso religioso diante do sujeito.

Assim, constatamos que a proliferação dos discursos religiosos, no que tange ao corpo da mulher, à importância do manter-se virgem, do guardar-se para uma pessoa – comparado ao sagrado –, possibilita a irrupção de discursos que circulam na esfera virtual nos dias atuais, ou seja, ele passa por procedimentos de controle marcados pela memória coletiva de enunciados.

Esse movimento pode ser verificado na ideia de corpo comparado ao sagrado, sendo retomada historicamente pela enunciação da concepção de Jesus Cristo pela Virgem Maria por meio de um não dito na fala de Quezia. Por isso, a percepção de corpo que se pode ver é aquela de um corpo divino, associado ao campo da pureza, sob a



atitude de uma conduta temperante. Enfim, apresenta a memória de um corpo que ocupa o espaço de seu próprio corpo, materializado na posição de um lugar construído histórica e socialmente nos domínios da mácula e da pureza.

Outra particularidade observada é o movimento constante com as mãos enquanto Quezia enuncia. Alguns desses gestos dão ênfase à fala daquele momento. A contenção da moça ao referir-se a momentos mais quentes do namoro revela o deslizamento dos procedimentos de controle do outro para um controle de si – mas, na verdade, faz aparecer a submissão a uma ordem discursiva cristã controladora e autoritária. Nesse escopo, o corpo assume sua entrada em uma ordem, estando submetido a uma instituição regulamentada para um conjunto de indivíduos – nesse caso, a instituição religiosa.

No discurso de Quezia, o lugar do amor é o lugar do excesso, do transbordamento, e a relação sexual é vista por ela como uma aliança do matrimônio, uma forma de concretizar a “liberação” da mulher para uma vida sexualmente ativa. Logo, ressalta-se a luta de instituições de poder em delimitar o que pode ou deve ser feito do corpo da mulher, bem como a luta da própria mulher enquanto sujeito que ocupa um lugar institucional, que censura o seu corpo desejoso de prazeres e emoções.

Até a última verificação,¹ o vídeo apresentou 32.453 visualizações, destacando o alcance da circulação desse tipo de discurso. O número de comentários chega a 253, um índice consideravelmente pequeno em relação às visualizações.

¹ Feita em 17 de abril de 2018.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

Observamos, ainda, que os vídeos mais atuais, em sua grande maioria, revelam depoimentos de mulheres que também manifestam o desejo de se manterem virgens até o casamento, muitas delas justificando sua conduta por motivos religiosos – evidenciando, assim, uma submissão a uma ordem religiosa determinada.

Quanto ao número de inscritos, consideramos que quando um sujeito se inscreve em um canal, ele não só se interessa pelo assunto, mas partilha do mesmo discurso e constitui-se como sujeito em uma rede de saberes que, neste caso, se estende por mais de 39 mil inscritos, ou seja, uma população virtual que autoriza e legitima o discurso, a nosso ver, da interdição do prazer como mecanismo e procedimento de controle do sujeito em nível institucional.

Nesse sentido, o corpo se constitui por meio do discurso e emerge de uma construção histórica, cultural e religiosa, visto estar inscrito em um lugar da vigilância sobre o corpo do sujeito. Enfim, o discurso de Quezia está acessível a todos os internautas; contudo, existe um grupo social e institucional com o qual ela compartilha saberes e que está submetido a uma ordem discursiva que regula o que pode e deve ser dito sobre o corpo dos sujeitos, bem como o que é permitido ou proibido para eles, evidenciando, assim, a governamentalidade que exerce o controle de prazeres carnavais.

DESCREVENDO O VÍDEO DO SUJEITO MOACIR SALVATORE

Em vídeo, Moacir Salvatore enuncia “*eu vou tá contando pra vocês porque eu tenho 18 anos e ainda sou virgem*” (POR QUE..., 2017)



e afirma que quando está em uma roda de amigos e eles começam a falar de sexo, fica um pouco excluído por não saber, na prática, do que se trata. Assevera que nesse momento diz “*Gente eu não sei do que que vocês tão falando, como assim? Que que é isso? Gente eu sou evangélica!*” e os amigos lhe perguntam: “*Você ainda é virgem, Moacir?*” (POR QUE..., 2017). Ao responder que sim, dizem que não acreditam, o chamam de mentiroso pelo fato de ele ter 18 anos de idade. Alguns dizem que não esperaram a pessoa certa e se arrependeram, reforçando que ele está certo, por subentenderem que o jovem esteja esperando a pessoa adequada.

Ao responder “*Eu não estou esperando a pessoa certa!*”, há estranhamento, e até questionamentos, por parte das pessoas. Moacir então responde que simplesmente não transou porque quando ele sai para algum lugar, para alguma festa, ele não é o tipo de pessoa que vai para beijar outras pessoas, para ficar com outras pessoas, para levar para casa, enfim. Afirma que vai a uma balada para curtir e dançar, e enfatiza: “*pra me acabar de dançar, pra ficar com dor na minha coluna cervical o dia inteiro no dia seguinte, entendeu? Me divertir real*”. Complementa: “*E eu não incluo beijar na boca, sei lá, sair com os caras nisso*”. Revela ser uma pessoa muito “suave”. Diz ainda: “*Não vou pro Ibira em busca de ficar com alguém, de beijar, de sair, sabe? Eu gosto de sair pra me divertir*” (POR QUE..., 2017).

Declara que muitas pessoas dizem que ele é virgem ainda porque é feio, porque é gay e é difícil de achar um homem ativo, ou por estar esperando um príncipe encantado. Afirma que não tem fantasias para este momento, que se sente bem assim e sabe que a primeira vez pode ser ruim, pois muitas pessoas o afirmam isso.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virgínia B. H. Alvarez (Organizadores)

Por fim, enuncia acreditar que, se estiver ficando com uma pessoa, ou até namorando, e sentir vontade, “*sentir realmente um tesão filho da puta pela pessoa, vai rolar*”, independentemente do lugar: “*Tá no banheiro, vai no banheiro mesmo, viado. Tá no beco, vai no beco mesmo. Tá no escadão, vai no escadão*” (POR QUE..., 2017).

MOACIR: A CONTENÇÃO COMO PRÁTICA E CONHECIMENTO DE SI

Ao observarmos as imagens do vídeo, vemos ao fundo um cenário informal, aparentemente descontraído, que lembra um muro. Remete a vários lugares típicos de rua, o que nos dá a ideia de um corpo heterotópico, ou seja, que ocupa vários lugares de saber. Há também um varal, no qual podemos ver algumas imagens que representam um casal; em outra imagem, pessoas se cumprimentando, cenas que remetem à temática do vídeo. Contudo, o discurso, para além do cenário, evidencia mais um elemento de abertura que sua fala faria irromper, num espaço virtual que foge ao basicamente disciplinar.

O sujeito enunciador que está de pé em frente à câmera é um menino que se apresenta como gay, de nome Moacir. Ele usa um boné na cor preta voltado para trás, acessório comum entre jovens, e um casaco preto com capuz; tem sobranceiras possivelmente modeladas e um *piercing* no nariz, adereço comum entre os jovens. Isso não só indica o lugar social em que ele se inscreve – uma espécie de normalização do sujeito na sociedade –, mas também chama a atenção de quem assiste ao vídeo para essa região do corpo, sobretudo



para a boca, para o que ele enuncia, fazendo com que o receptor da mensagem fixe a atenção no que ele fala.

No início de sua fala, Moacir declara “ser evangélica”. Essa afirmação nos possibilita inferir efeitos de sentido diferentes. Entre eles, uma maneira de ironizar sua condição de virgindade diante dos colegas, atrelando-se sarcasticamente a uma ordem institucional ou a uma forma de confessar e justificar sua virgindade. Para tanto, refere-se a um governo ao qual ele está submetido e que regimenta a vida e o corpo dos sujeitos cristãos.

Em seguida, observamos que o sujeito desliza para um lugar onde governa a si e a seu próprio corpo quando demonstra a autonomia sobre sua sexualidade, especialmente quando é questionado a respeito de estar esperando pela pessoa certa, revelando a construção de uma ordem discursiva que foge a uma ordem regulamentadora para a sociedade. Em virtude disso, causa desordem por tornar visível sua crença, indo de encontro aos saberes e regras postulados e vivenciados pelos amigos.

Outra evidência que ratifica essa desordem é a desconformidade com o governo do outro; nesse caso, o que é partilhado a seus amigos ao revelar que vai a uma balada para curtir e dançar, ao enunciar sua intenção ao ir a uma festa: “*pra me acabar de dançar, pra ficar com dor na minha coluna cervical o dia inteiro no dia seguinte, entendeu? Me divertir real*” (POR QUE..., 2017), uma forma de praticar a si que visa ao seu próprio bem-estar, excedendo os limites do corpo ao se transbordar, desviando-se do esperado pelos amigos que vão a uma balada para namorar, transar e beijar, pois fala de um lugar de si para o outro.



Esse “outro” seria a sociedade, no tocante aos amigos e aos internautas, principalmente por estar expondo sua vida no YouTube, uma rede de circulação massiva mundial e que proporciona visibilidade ilimitada. Desse modo, Moacir desliza da ordem que diz “se o outro controla o meu corpo, eu não controlo mais a mim” quando afirma acreditar que se estiver ficando com uma pessoa, ou até namorando, e “*sentir realmente um tesão filho da puta pela pessoa, vai rolar*”, independentemente do lugar, e complementa: “*Tá no banheiro, vai no banheiro mesmo, viado. Tá no beco, vai no beco mesmo. Tá no escadão, vai no escadão*” (POR QUE..., 2017). Portanto, um posicionamento que evidencia a prática de si do sujeito, sem se preocupar com regras éticas e sociais que interditam a prática sexual em lugares públicos. Dessa forma, ele instaura o lugar de prazer de si para si, fugindo ao controle de saberes com seu exercício de poder, revelando seu lugar de formação de saber.

Até a última verificação,² o vídeo apresentava um total de 6.892 visualizações, cuja medida, às vezes, nos escapa, a não ser se considerarmos o fato de visualizar mais de uma vez como um ato de compartilhamento de tal discurso, seja para reafirmá-lo ou contradizê-lo. O número de comentários chega a 104. Nesse caso, observamos também os que eram mais atuais no momento, entre eles alguns de elogio a Moacir por seu posicionamento e relatos de identificação e apoio à sua postura, além de outros poucos designativos de piadas.

Outro fato que nos chamou a atenção foi o número de inscritos no canal, 65 mil, o que determina não só a grande quantidade

² Feita em 17 de abril de 2018.



de jovens que demonstram interesse pela temática da sexualidade proposta no vídeo de Moacir, mas também o posicionamento do sujeito enunciativo por meio da forma como conduz as situações, dizendo, incitando e se posicionando sobre sexo e sexualidade hoje. Dessa forma, parece que estamos diante de um discurso sob um exercício de liberdade e de contenção também, com certeza, mas visando, sobretudo, a uma forma de viver bem consigo mesmo, falando de si para si.

SEM MUITAS PALAVRAS

Considerando que o domínio dos nossos objetos de trabalho é o presente e que diante da instauração de um *corpus* “precisamos considerar esse corpo do qual falamos, colocando em evidência a sua existência histórica, o seu *status* material” (MILANEZ, 2009, p. 215), escolhemos abordar vídeos de categorias e ordens diferentes, nos quais falam vozes diversas acerca de um assunto considerado polêmico por muitas pessoas de épocas anteriores.

A partir da análise dos vídeos sob as perspectivas propostas, pudemos observar que a sexualidade não deixa de ser um tabu, ainda que tão logo passe a ser abordada por sujeitos, às vezes, anônimos na sociedade, mas que enunciam a partir de condições que propiciam uma ilimitada acessibilidade à fala, proporcionada pela tecnologia.

Vale ressaltar que os discursos dos referidos sujeitos consistem em uma porção representativa do *corpus* arrebanhado para um estudo maior no âmbito acadêmico, e que possibilitam exemplificar



os elementos abordados nessas duas formações que correspondem às materialidades repetíveis no conjunto dos vídeos.

No que se refere às hipóteses levantadas no início deste estudo, de acordo com nossa análise, ratificamos Quezia como o sujeito do controle, da vigilância e da interdição do prazer visivelmente observado pelo cuidado de si e pelo exame de si nas enunciações, atentando-se para o lugar de pertencimento e social do qual ela fala, respaldado pelo atravessamento do discurso religioso. Isso se torna evidente também no seu corpo, na escolha dos acessórios que utiliza, na forma como apresenta seu cabelo, revelando a contenção corporal e estética do sujeito cristão, assim como na sua postura diante da câmera, no modo de se portar ao enunciar acerca da importância da virgindade, resultado da sua conduta de vida, postulada por uma instituição religiosa que é regida por dogmas a serem cumpridos por fiéis, seguidores e simpatizantes de uma ordem discursiva institucional que orienta o controle dos corpos até determinado momento de sua vida – nesse caso, o casamento – e recomenda condutas por meio da disseminação de saberes da mesma natureza religiosa.

No que tange ao discurso de Moacir, este é apresentado como o sujeito da contenção como prática e conhecimento de si, pois, diferentemente de Quezia, não há em seu discurso indicativos exteriores que motivem a sua conduta, além da própria vontade de viver os momentos da vida, da balada e os prazeres, o que o configura, neste estudo, como o sujeito do excesso e da desmesura. Essa afirmação pode ser constatada não só em comparação ao discurso de Quezia, mas também em observância à apresentação do corpo no vídeo. Enquanto a moça está em postura contida e resguardada, inclusive na utilização dos adereços, Moacir foge a esse padrão e se demonstra



espontâneo, descontraído e sem pudores formais ao falar abertamente de sexo e sexualidade.

Quanto ao corpo, Moacir faz uso de acessórios e adereços como o *piercing* no nariz, um item *fashion* muito utilizado pela juventude e que transforma o corpo físico, perfurando-o com o objetivo de inserir o adorno corporal constituído por fragmentos metálicos. Logo, o jovem ultrapassa não só os limites corporais ao se submeter a um procedimento invasivo dessa natureza, mas também os sociais em suas escolhas, visto que a utilização de determinados acessórios e a transformação corporal são motivo de críticas e julgamentos em nossa sociedade. Em suma, Moacir demonstra a prática de si, materializando a própria governança pela expressão de uma contenção carnal até um momento não determinado de sua vida, pois em seu discurso ele não estabelece o período nem a ocasião para deixar de ser virgem.

Posto isso, constatamos que as políticas de governamentalidade não são únicas, mas dependem do campo de saber em que o sujeito esteja inscrito, bem como das relações de poder que envolvem o corpo do sujeito enunciator, sobretudo se levarmos em consideração para quem ele enuncia, a fim de atestarmos até que ponto o governo do outro interfere na prática de si e vice-versa, fazendo convergir o discurso para o corpo do sujeito.

REFERÊNCIAS

CASEI virgem, eu escolhi esperar – Quezia Mendes. [S.l.: s.n.], 2016. 1 vídeo (8 min). Publicado pelo canal Quézia Mendes. Disponível em: <http://bit.ly/2T0Qaxt>. Acesso em: 17 abr. 2018.



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

COURTINE, Jean Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

LIMA, Suelane Gonçalves Santiago; MILANEZ, Nilton. Corpo, virgindade, matrimônio: discursos e matrizes de conduta em vídeos do YouTube. In: MILANEZ, Nilton; NASCIMENTO, Rebeca; SANTA BÁRBARA, Urânia (org.). *Temas de pesquisa: o corpo no discurso e suas extensões*. Vitória da Conquista: Edições Labedisco, 2018. p. 61-73.

MILANEZ, Nilton. Corpo cheiroso, corpo gostoso: unidades corporais do sujeito no discurso. *Acta Scientiarum: Language and Culture*, Maringá, v. 31, p. 215-222, 2009.

MILANEZ, Nilton. O nó discursivo entre corpo e imagem: intericonicidade e brasilidade. In: TFOUNI, Leda Verdiani; CHIARETTI, Paula; MONTE-SERRAT, Dionéia Motta (org.). *A análise do discurso e suas interfaces*. São Carlos: Pedro & João, 2011. v. 1. p. 277-296.

MILANEZ, Nilton. Modos de enunciar a pele do corpo: quais os lugares de onde vem os lugares de A pele que habito de Almodóvar. In: TASSO, Ismara; CAMPOS, Jefferson (org.). *Imagem e(m) discurso: a formação das modalidades enunciativas*. Campinas: Pontes, 2015a.v. 8. p. 97-118.



MILANEZ, Nilton. Audiovisualidades da angústia: metonímias da música, do espaço e do corpo em Hiroshima, MonAmour. *Redisco*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 7-27, 2016.

MILANEZ, Nilton. Materialidades da ansiedade: corpo e retorno a si em filmes de fadas (2010-2015). *In*: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Regina Maffi; GALLO, Solange Leda (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2015b. p. 233-257.

MILANEZ, Nilton. O corpo de Alexina Barbin: escrita e audiovisualidades de si com Michel Foucault. *In*: MILANEZ, Nilton; NASCIMENTO, Rebeca; SANTA BÁRBARA, Urânia (org.). *Temas de pesquisa: o corpo no discurso e suas extensões*. Vitória da Conquista: Edições Labedisco, 2018. p. 9-24.

MILANEZ, Nilton; PRATA, Vilmar. Sujeito digital: espaço, corpo e vídeos de suicídio em uma cidadezinha qualquer. *Revista Moara*, Belém, v. 43, p. 45-61, jan.-jun. 2015.

POR QUE tenho 18 anos e ainda sou virgem? [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (4 min). Publicado pelo canal Moacir Salvatore. Disponível em: <http://bit.ly/2TJljJX>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SOBRE OS AUTORES

André Luiz Gaspari Madureira

Doutor em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Letras e Linguística e especialista em Estudos Linguísticos e Literários pela mesma instituição. Graduado em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas – pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor adjunto do Departamento de Educação na área de Letras/Linguística na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Professor permanente do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB). Atua nas áreas de análise do discurso, análise textual, argumentação, semântica, linguística e ensino de língua portuguesa. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3312685956576170>. *E-mail*: amadureira@uneb.br.

Carla Luzia Carneiro Borges

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Letras e Linguística pela UFBA. Graduada em Letras com habilitação em francês pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Coordena o Núcleo de Leitura Multimeios. Professora no mestrado em Estudos Linguísticos da UEFS. Lidera Grupo de Pesquisa em Linguagem, Sociedade e Produção de Discursos (Linsp). Atua nas áreas de linguística textual, análise de



André Luiz Gaspari Madureira; Gilberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

discurso e linguística aplicada. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5010628942117284>. *E-mail*: carlaluziacb@gmail.com.

Gilberto Nazareno Telles Sobral

Pós-doutor em Estudos de Linguagens pela UEFS. Doutor em Letras e Linguística pela UFBA; mestre em Letras e Linguística e bacharel em Língua Estrangeira pela mesma instituição. Licenciado em Letras Vernáculas, com habilitação em francês, pela UCSal. Professor titular do Departamento de Ciências Humanas na UNEB. Professor permanente do curso de mestrado do PPGEL/UNEB. Atua nas áreas de argumentação, análise do discurso, crítica textual e documentos brasileiros. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7536345919376488>. *E-mail*: gsobral@uneb.br.

Helionardo Oliveira de Carvalho

Mestre em Estudos Linguísticos pela UEFS. Especialista em Administração de Pessoas pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e em Linguística e Ensino-Aprendizagem de Língua Portuguesa pela UEFS. Licenciado em Letras Vernáculas pela UEFS. Professor de Língua Portuguesa, Redação e Literatura da rede privada de ensino. Atua nas áreas de texto e discurso. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0181387068223515>. *E-mail*: leo_nardojc@hotmail.com.

Ilza Carla Reis de Oliveira

Mestre em Estudos Linguísticos pela UEFS. Especialista em Estudos Literários e Linguística Aplicada ao Ensino e graduada em Letras Vernáculas pela UNEB. Professora substituta do colegiado de Letras



(UNEB). Professora de Análise do Discurso na Especialização em Estudos Literários e Linguística Aplicada ao Ensino (UNEB). Mediadora dos cursos *on-line* do Programa Olimpíada de Língua Portuguesa “Escrevendo o Futuro”, coordenado pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Membro do Grupo de Pesquisa Literatura e Diversidade Cultural: Imaginário, Linguagens e Imagens; e do Grupo Interdisciplinar de Estudo de Acervos de Escritores Baianos. Atua na área de análise do discurso. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3944522662517031>. *E-mail*: ilzacarla2301@outlook.com.

Lícia Maria Bahia Heine

Doutora em Letras e Linguística pela UFBA. Mestre em Letras pela mesma instituição. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora titular da UFBA. Atua nas áreas de fala, escrita, gêneros textuais, discurso e gramaticalização. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4570828947355081>. *E-mail*: liciaheine@uol.com.br.

Nilton Milanez

Pós-doutorado em Corpo, Cinema e Psicanálise pela Universidade de São Paulo (USP) e em Discurso, Corpo e Cinema pela Universidade de Sorbonne Nouvelle, Paris 3. Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Especialista em Análise do Discurso pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp). Especialista em Conversation and Pronunciation pelo Evendine College (EV). Graduação em Língua Portuguesa e suas Literaturas e em Língua Inglesa pela PUC-Camp. Professor pleno no Departamento de Letras



André Luiz Gaspari Madureira; Giberto Nazareno Telles Sobral;
Palmira Virginia B. H. Alvarez (Organizadores)

e Artes da UEFS. Líder e coordenador do Laboratório de Estudos do Discurso e do Corpo (Labedisco), ligado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atua nas áreas de análise do discurso, corpo, audiovisualidades e constituição de sujeitos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1403266753468089>. *E-mail*: nilton.milanez@gmail.com.

Palmira Bahia Heine Alvarez

Doutora e mestre em Linguística pela UFBA. Professora titular da UEFS. Professora do curso de mestrado em Estudos da Linguagem da UEFS. Membro do Núcleo de Pesquisa do Discurso (Nuped/UFBA). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise de Discurso (Gepead) no Departamento de Letras e Artes (UEFS). Atua na área de análise de discurso de linha francesa. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9925221970183712>. *E-mail*: pavibheine@gmail.com.

Priscila Kalil Bugia Serva

Mestre em Estudo de Linguagens pela UNEB. Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz (Facibra). Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Psicologia Clínica e Educacional pela UCSal. Especialista também em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela UNEB. Graduada em Fonoaudiologia e em Pedagogia pela UNEB. Atua na área de educação, com ênfase em educação especial. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2616571618082133>. *E-mail*: priscila.kbs@hotmail.com.



Suelane Gonçalves Santiago Lima

Mestre em Estudos Linguísticos pela UEFS. Especialista em Linguística e Ensino-Aprendizagem da Língua Portuguesa e graduada em Letras Vernáculas pela mesma instituição. Integrante do Labedisco/CNPq. Atua na área de ensino de língua portuguesa. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6986364444852346>. *E-mail*: su.elane@hotmail.com.

Formato: 150 x 210 mm
Fonte: Qlassik, 26 e 22; Myriad Pro, 15 e 13; Minion Pro, 11, 10 e 9
Miolo: papel Pólen Soft, 80 g/m²
Capa: papel Supremo, 250 g/m²
Impressão: novembro 2019
Gráfica Impressão Bigraf

Esta coletânea é produto de constantes debates sobre o lugar do discurso, a partir de concepções que vão além da materialização da própria linguagem. Mais que isso, as discussões acerca do discurso o tomam como elemento sócio-histórico e também como instância dialógica, rompendo tanto com a tradição do subjetivismo idealista, quanto com a do objetivismo abstrato. A partir de uma posição materialista, abre-se espaço para a investigação de diferentes manifestações discursivas que emergem de práticas sociais, de distintas posições de efeitos de sentido. Sob esse prisma, na obra se propõe abordar desde o discurso jurídico a notícias de jornal; desde a charge à corporificação em linguagem midiática. A heterogeneidade das abordagens revela essas múltiplas formas de se analisar o discurso. Ao mesmo tempo em que os estudos retomam reflexões de cunho teórico-metodológico, insinuam como a própria interdiscursividade funciona no processo de atualização da prática de análise e dos *corpora*, compreendendo não só a linguagem verbal, mas qualquer outro elemento passível de ser significado, de ser discursivizado.



<http://eduneb.uneb.br>

ISBN: 978-85-7887-373-8



9 788578 873738